



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

José Donizetti Ribeiro

**Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do *espaço da*
colonização. Alta Floresta-MT (1978-1983)**

Dissertação de Mestrado em História
apresentada ao Departamento de História,
Coordenação de Pós-Graduação do Instituto de
Ciências Humanas e Sociais da Universidade
Federal de Mato Grosso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto

Cuiabá-MT, Março de 2001

Ao Felipe
Pela sempre renovada curiosidade em saber:
“pai, o que é Mestrado?
Pra que serve?
Quando você vai terminar?

À minha mãe Antônia (saudosa ausência!).
As flores que desejou eram “minhas
realizações pessoais”

AGRADECIMENTOS

Durante toda a formação acadêmica, especialmente nos últimos dois anos – longa “gestação” e “parto” desta Dissertação – acumulei enorme dívida de gratidão com inúmeras pessoas e instituições. Certamente esta página, dedicada ao esforço de quitação ao menos de algumas parcelas, cometerá a ingratidão do imperdoável esquecimento de algumas delas. Pelo que, de saída, espero merecer o benefício da compreensão de todos.

A parte da dívida a saldar com Regina Beatriz Guimarães Neto, por aceitar a tarefa de orientação e ter acreditado na capacidade do orientando realizar o estudo proposto, é maior que a possibilidade de quitação. Mesmo diante da enormidade de atribuições que sua condição de coordenadora do Programa de Pós-Graduação lhe impõe, reservou tempo para orientar, com segurança e competência, aconselhar, cobrar. A ela, meu muito obrigado!

A todos que, de alguma forma – mesmo que através de um simples palpite – contribuíram com esta Dissertação. A todos os professores do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, porque a eles devo o melhor da formação acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer, especialmente, algumas pessoas. Ao Odemar Leotti – o Dema – amigo de longa data, que discutiu conceitos, indicou leituras,

emprestou material. “Amigo é coisa pra se guardar...”. Clementino Nogueira de Sousa, “o arquivista”, e sua equipe do Arquivo Público de Mato Grosso, pela atenção, disposição e amizade. Acir Montecchi, consultor para assuntos de garimpo, a quem devo o conhecimento de parte do estoque de gírias utilizadas pelos *trabalhadores do ouro*. Nauk Maria de Jesus, que muito contribuiu com sugestões, críticas e palavras de apoio. E Cristiane Santos Silva, na pessoa de quem estendo os agradecimentos aos colegas do Mestrado

Agradecimento especial a Margarete Silva Correa, por compartilhar dos momentos mais difíceis de angústia e aflição. E a minha família, que mesmo distante, nunca deixou de apoiar e compreender a falta de visitas mais frequentes.

Por último, à CAPES, que através da concessão da Bolsa de Demanda Social garantiu o suporte financeiro necessário para o desenvolvimento da pesquisa realizada até o momento.

Se esta puder ser considerada uma realização pessoal, “dona Antônia” – uma vez que, mesmo sendo, na maior parte do tempo, trabalho solitário, tem a participação de tanta gente – receba esta homenagem de seu filho:

José Donizetti Ribeiro

SUMÁRIO

Introdução	
Capítulo 1: “Eu quero ir para Alta Floresta”	
1.1 – O controle privado da terra	
1.2 – A construção do <i>espaço da colonização</i>	
1.3 – “Quinto distrito do inferno”	
1.4 – O monopólio da identidade	
Capítulo 2 – O <i>espaço da colonização</i> e as práticas de violência	
2.1 – “Alta Floresta não é garimpo”	
2.2 – A terra para poucos escolhidos	
2.3 – Os donos do poder e da terra	
2.4 – Visões de violência	
Capítulo 3 – O mapa da violência	
3.1 – A construção do “ <i>espaço sem lei dos garimpos</i> ”	
3.2 – Os garimpos do ouro na região de Alta Floresta	
3.3 – Colonização e garimpos: terra, ouro e violência em Alta Floresta e região	
3.4 – A opção pela violência	
Considerações finais	
Fontes	
Bibliografia	
Anexos	

Terra e garimpos: Um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização (Alta Floresta/MT, 1978/1983)

“O que criou a humanidade foi a narração”.

Pierre Janet

A evolução da memória e a noção de tempo, 1928,

p. 261

“Neste tablado imenso e empolgante, o homem, que sempre superou obstáculos naturais, em luta porfiada, anseia por organizar a Terra da Promissão, para acolher amistosamente os que aspiram a prosperar, pelo trabalho, em ambiente de fartura e tranquilidade”. Virgílio Correa Filho

Introdução

A história de Mato Grosso, produzida pela historiografia especialmente na primeira metade do século XX, está atravessada por interpretações que mitificam o seu povoamento.¹ Em relação ao Mato Grosso amazônico, no período recente, a atualização das imagens produzidas, identificam nos colonizadores – como se esta fosse a única memória do lugar – os desbravadores dos sertões amazônicos. A obra colonizadora destes homens, “modernos bandeirantes”, mitos fundadores das novas cidade surgidas como resultado de seus projetos de colonização, sobrepõe-se nestas imagens, retirando

¹ Lylia da S. Guedes Galetti, analisa esta produção, identificando o poder das imagens sobre o Mato Grosso na determinação do seu lugar no contexto do processo civilizador. A autora, em síntese, conclui que a “história de Mato Grosso está configurada no jogo de contrastes entre selvagens e civilizados, barbárie e civilização, moderno e atrasado”. Estas imagens polarizadas, criadas ao longo da construção deste espaço de fronteira, uma vez apropriadas pelos planejadores, aparecem nos discursos político justificando a necessidade de indivíduos “dotados de *espírito empreendedor* para colocar o Estado no caminho do *progresso e do desenvolvimento*”. Confira GALETTI, Lylia da S. Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Texto apresentado na Mesa Redonda “Mato

de cena outros agentes sociais presentes no *espaço da colonização*.² Focaliza-se no centro do palco o progresso e o desenvolvimento das cidades fundadas pelas empresas de colonização. Circunscrevendo o processo no quadro mais geral da ocupação da Amazônia, milhares de trabalhadores pobres foram atraídos pelas promessas de terras férteis e abundantes, submetidos a condições de vida e de exploração do trabalho, descritas como degradantes.

A partir da década de 80, provavelmente como sinal de acolhida das novas posturas teórico-metodológicas, adotadas pela historiografia brasileira, começam a surgir trabalhos que incorporam outros procedimentos de análise, inovando na abordagem das temáticas relativas à colonização mais recente, abrindo espaços para que possa emergir outra memória social. Entretanto, a escolha recaiu – e penso que neste momento não poderia ser diferente – na escrita da história social sendo a relação entre a colonizadora e seus trabalhadores o objeto privilegiado.³

Contudo, a renovação proporcionada por esta nova historiografia regional possibilitou – pela recorrência a estudos específicos – perscrutar o universo da colonização, procurando desvendar o mito construído sobre a “obra social da colonização” e pudessem perceber nela a existência de um projeto de dominação social.⁴ Para alcançar este objetivo, recorreu-se a procedimentos ainda inéditos na

Grosso e a História”, no III Encontro Regional da ANPUH-MS. Corumbá, 23 a 25 de outubro de 1996. (mimeo)

² O termo “espaço da colonização” é utilizado nesta Dissertação para designar áreas de atuação das colonizadoras que, neste estudo aqui priorizado, abrange os atuais municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Apicás

³ Cf., OLIVEIRA, João Mariano de. *A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso. O caso Sinop*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 1983. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta – do sul para a Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1993. JATENE, H. S. *Reabertura da fronteira sob controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta*. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 1983. KINZO, Mary Deise. *Colonização e transformação na estrutura de classes: de posseiro a colono*. Dissertação de Mestrado. ICHS/UnB, 1982. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde. Alta Floresta/MT. A colonização dirigida como estratégia de dominação política*. IFCH, UNICAMP, 1986.

⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op. cit Em seu trabalho, a autora vai além da constatação da existência de um projeto de dominação social, ao analisar os mitos que perspassaram a proposta de ocupação da Amazônia. Da mesma autora, encontra-se no prelo/Editora da Universidade Federal de Goiás

escrita da história de Mato Grosso. Lançaram mão, privilegiadamente, dos relatos orais, apoiados em outras fontes, impresas e mesmo fotográficas, as quais possibilitaram acompanhar a trajetória de famílias inteiras se deslocando para o Mato Grosso. Outros estudos trazem uma enorme contribuição no que diz respeito à compreensão de determinados aspectos dessa realidade social, refletindo sobre a estrutura fundiária do estado os conflitos ocorridos entre posseiros e proprietários de terras.⁵

Desta forma pôde-se inverter a equação. Ao se debruçarem sobre a história da colonização, munidos de outras estratégias de pesquisa e de novos instrumentos de análise, acabaram repondo no centro do palco a história roubada aos colonos. Buscaram escutar vozes que se tentou calar para que não pudessem contar uma outra história, cujo silenciamento se fazia necessário para que predominasse a daqueles que detinham os monopólios da violência e do direito. Por serem, a um só tempo, portadores do controle da terra, do poder político e da definição legítima, criaram discursos que não apenas organizavam, como procuraram controlar o espaço e o tempo. A construção de uma “memória oficial”, em última análise.

Assim, a colonização mais recente em Mato Grosso assumiu a dimensão de um projeto social de dominação, marcado pela tentativa de homogeneização do tempo, da história e da memória social, que procurou impor uma percepção unificada a todos que se sentissem como participantes na construção do *espaço da colonização*. No entanto, da arquitetura deste espaço participou ainda um outro grupo social, a meu ver não menos importante que os colonos – e tantos outros grupos ainda não devidamente estudados – que não teve a chance de ver sua história contada: os garimpeiros. A trilha

Cidades de Fronteira, onde faz uso da história oral para “captar os passos perdidos”, as trajetórias de populações se deslocando ora nas cidades, ora no campo, procurando redimensionar socialmente as novas áreas de ocupação recente em Mato Grosso.

⁵ Pesquisas assim desenvolvidas podem ser conferidas em trabalhos mais recentes, como as Dissertações de Mestrado de GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; OLIVEIRA, João Mariano de, também faz uso de estratégia semelhante para a produção da sua dissertação *A esperança vem na frente: contribuição ao*

aberta pelas pesquisas mais recentes sobre a colonização, sobretudo quando possibilitaram a visualização de tensões, conflitos, no interior do próprio projeto colonizador, forneceu a pista para o estudo das relações entre ela e os garimpos surgidos, a partir de 1978, em seu espaço. O desafio foi tentar compreender as razões das situações de radicalidade de alguns momentos nas relações que aí se estabeleceram. Especialmente no tocante à violência, que caracterizou os anos de consolidação do projeto colonizador, na relação entre este e os garimpeiros.

A presença dos garimpos na área dos projetos de colonização acabou criando – inicialmente – um outro espaço, paralelo ao primeiro e que por ter sido pressentido como uma ameaça potencial ao projeto de colonização agrícola que a Indeco planejou para o local, foi imediatamente marginalizado pelos colonizadores, que passaram a identificá-lo como lugar “de promiscuidade e degradação”.

A aparente opulência dos garimpos e a perspectiva de enriquecimento rápido que muitos imaginavam nele encontrar, no entanto, ameaçava não apenas o cumprimento das etapas previstas no cronograma dos projetos de colonização – o que poderia significar atrasos no repasse de recursos oficiais e na extinção dos incentivos fiscais – bem como o controle do estoque de mão-de-obra disponível, que se deslocava para o *espaço dos garimpos*. A solução encontrada foi a de tentar a remoção deste elemento não previsto, através da reespecialização dos garimpeiros. No caso de Alta Floresta deu-se em uma área mais distante do local onde se desenvolviam os módulos projetados de Alta Floresta e Paranaíta, do projeto da colonizadora Indeco.

A resistência dos garimpeiros em abandonarem a terra de propriedade da Indeco, desencadeou uma operação repressiva no *espaço da colonização*, acontecimento

denominado de “taca”.⁶ Este foi o ponto primordial para iniciar esta pesquisa, buscando entender a dimensão e o significado deste acontecimento.

E mais, aprofundando o estudo sobre os acontecimentos ocorridos em torno da “taca”, rastreando suas pistas, atento aos seus menores sinais, os indícios apontavam para as denúncias da ocorrência de um possível grande massacre, praticado contra um dos lados envolvidos na disputa – os garimpeiros – o que contribuía para ampliar o trágico número de vítimas da luta pela terra no Brasil. Nos jornais da Capital foram encontradas notícias de violência nessa área onde, além do cerceamento ao direito constitucional do indivíduo de circular livremente em parte do território nacional, – como chegou a ser admitido pelo próprio colonizador – ocorreram crimes bárbaros como enforcamento e decapitação. No entanto, não foram localizadas nos jornais pesquisados e de circulação no âmbito do Estado,⁷ referências específicas e nominais a mortes de garimpeiros na região de Alta Floresta, tudo ficando restrito a um grande anonimato. A imprensa nacional, no entanto, divulgou amplamente a morte de centenas de garimpeiros denunciadas pela Comissão de Pastoral da Terra (recortes em anexo).⁸

Desenvolvendo projetos em locais distantes da capital do estado e, na época, de difícil acesso, as empresas de colonização chamadas a participar da estratégia de reocupação da Amazônia gestada pelo governo militar, possuíam o monopólio do Direito, da verdade e da propriedade da terra e, por isto, os conflitos se resolviam no resguardo de seus interesses, não ocorrendo nenhuma investigação mais rigorosa por

⁶ Existem muitos significados para a palavra “Taca”, dependendo da região do país onde é utilizada. Todas, no entanto, identificando práticas de violência. Nos estado do Sul, região de origem da maioria dos moradores de Alta Floresta em 1979, é usada como sinônimo de *correia, relho, manguá*. Por isso passaram a se referir ao confronto ocorrido entre garimpeiros e colonos no final de 1979 em Alta Floresta – estes últimos mobilizados pelos colonizadores – como a “Grande Taca”. A expressão “Olha a Taca!” passou a ser, desde então, importante instrumento de controle no *espaço da colonização*

⁷ O Arquivo Público do Estado de Mato Grosso possui magnífico acervo de jornais à disposição dos pesquisadores. Para esta dissertação foram consultados os jornais O Estado de Mato Grosso, Jornal do Dia e Diário de Cuiabá, cobrindo uma década de publicações: 1976/1986.

⁸ O Núcleo Regional Mato Grosso da Comissão de Pastoral da Terra – CPT, investigou as arbitrariedades cometidas contra garimpeiros expulsos dos garimpos de Paranaíta e produziu um volumoso dossiê onde

parte do poder público. O colonizador, nessa região norte, uma “estranha mistura de moderno coronel, bandeirante amazônico e empresário progressista”,⁹ mostrava-se resolvendo os conflitos e criava a versão dos fatos. Nenhum processo aberto, aparentemente não existindo nenhuma pista que contrariasse a versão oficial de que tudo não passava de desavenças entre “indivíduos aventureiros e afeitos à violência”. Homens e mulheres que comprometiam a imagem de uma “comunidade ordeira, pacífica e trabalhadora”, constituída por agricultores, amedrontados diante da presença de indivíduos não previstos no *espaço da colonização*.

As notícias são fragmentadas, como por exemplo o caso de dois homens que se deixaram fotografar em pose despreocupada segurando uma cabeça decepada em SINOP, descobertos quando tentavam atravessar o rio Teles Pires pela balsa de propriedade da colonizadora Indeco, transportando a cabeça da vítima dentro de uma caixa de isopor, supostamente como prova da execução encomendada. Não se chegou a apurar os possíveis mandantes. Presos e levados para a delegacia de Sinop, um deles teria cometido suicídio – em circunstâncias também não reveladas – enforcando-se na cela – segundo jornal da Capital¹⁰ - e o outro foi transferido para Cuiabá onde, em outubro de 1979, aguardava julgamento, não havendo mais notícias a respeito do caso.

Os registros desse tipo de violência, comumente atribuída a agentes alheios à colonização, redirecionou o interesse da pesquisa para esta dissertação, que se voltou, então, para o estudo dos garimpos que surgiram à margem dos projetos de colonização, tentando compreender o seu significado e o papel que teriam desempenhado na construção social do espaço, no extremo norte de Mato Grosso.

Pensado e descrito como *espaço da colonização*, planejado e executado por

denuncia a ocorrência de pelo menos 300 mortes. Seu Relatório serviu de fonte para jornais de diversas cidades do Brasil.

⁹ MACHADO, Cristina Pinheiro. *Homens que fazem o Brasil – 1: O construtor de cidades*. Jornal O Estado de São Paulo. Edição de 1 de abril de 1982.

empresas colonizadoras tidas como modelos bem sucedidos na criação e ocupação de espaços para a produção agrícola, os projetos de colonização obtiveram do governo militar a preferência para a reocupação e controle da terra, no extremo norte de Mato Grosso e, por isso, os garimpos – ainda que estimulados a se desenvolverem na região amazônica – foram vistos e tratados como invasores, como uma espécie de tumor maligno – “que se espalha pelo corpo da sociedade altaflorestense”.¹¹

As fontes encontradas e analisadas – denúncias estampadas nas páginas de jornais de circulação nacional, fotografias, depoimentos de moradores e lideranças locais – registram a violência, arbitrariedades e abuso de poder na expulsão de garimpeiros e suas mulheres, genericamente identificadas como prostitutas. São inúmeras as denúncias de mortos encontrados nos garimpos, instalados em áreas pertencentes à colonizadora Indeco, onde hoje se localizam os municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Um grande massacre. 300 garimpeiros mortos. Pelo menos esta foi a conclusão a que chegou uma investigação realizada pela Comissão de Pastoral da Terra – CPT, regional Mato Grosso, depois de ouvir colonos, garimpeiros, moradores da cidade, logo após os acontecimentos.¹²

Em sua maioria reespecializados pelo território amazônico mato-grossense, sobretudo na área de garimpo criada às margens do rio Peixoto de Azevedo, antigos trabalhadores expulsos de Paranaíta relembram os lances dramáticos de dias de terror vividos nos garimpos de Alta Floresta. Um deles, que a CPT preservou o nome para proteger o depoente, revela um aspecto típico do momento social e político vivido no resto do país, característico dos agentes da repressão política da ditadura militar: a tortura de trabalhadores, obrigados a surrar os próprios companheiros ao som do hino

¹⁰ Jornal Diário de Cuiabá. Edição de 15 setembro de 1979, p. 9

¹¹ Trecho da entrevista do administrador de Alta Floresta, Wanderlei Pereira, concedida a Germano Blásio Schmitz em 1981.

nacional brasileiro. Constante do dossiê de mais de 200 páginas, que serviu de base para as denúncias que circularam nas páginas de diversos jornais do país (anexos), em seu longo depoimento, o garimpeiro reivindica o resgate da memória social do grupo, percebendo que seriam feitas todas as tentativas de apagamento dessa memória demonstrando o papel efetivo dos garimpos na história do norte mato-grossense:

“Lá aconteceu um bocado de bagunça. Bom mesmo é a turma fazer um negócio lá, pra recuperar tudo aquilo. A turma batia, tomava ouro, pintava o diacho. Tomava ouro, relógio, radiola, gravador, tudo que possuía. A polícia tomava. Depois que tomava dava um pau bem grande no cara e soltava. Anel principalmente, eu vi um cara com isso aqui do dedo cortado”¹³

Atualmente, garimpo é uma memória que se pretende apagar em Alta Floresta. Ninguém fala da sua existência na história do município. Este silenciamento, bastante eloqüente para o historiador, impôs, na investigação da “taca”, a necessidade de procurar entender a existência de práticas que exercitam o uso da violência, presentes na documentação sobre a construção do *espaço da colonização*. Perscrutando seus indícios, pistas dispersas, pode-se encontrar farto material constituído pelo Relatório da CPT/MT, recortes de jornais, fotografias, correspondências, transcrição de entrevistas gravadas com colonos, garimpeiros e moradores que, cotejadas com outras informações retiradas de revistas e jornais de circulação estadual e nacional, compõem a base documental utilizada para esta Dissertação.

As dificuldades encontradas ao tentar fazer emergir um acontecimento que, sob

¹² Comissão Pastoral da Terra– Regional Mato Grosso. Dossiê *Imprensa e Documentos 1979/2*. CPT, Cuiabá, 1979.

muitos aspectos, representa velhas feridas que ainda sangram no corpo social da região e cuja memória muitos prefeririam apagar, começam mas não se esgotam no silêncio. A própria proximidade temporal dos acontecimentos impõe dificuldades adicionais, especialmente em relação à utilização do recurso às fontes orais.

Inserida no contexto dos deslocamentos de grupos sociais, a ocupação da *fronteira amazônica* vem sendo tratada de vários ângulos, sobretudo com ênfase em seus aspectos econômicos e demográficos, destacando-se especialmente os números e as características mais gerais deste movimento. Este trabalho, em que pese as condições atualmente impostas aos pesquisadores dos novos programas de pós-graduação, pretende oferecer uma contribuição nova ao estudo da colonização privada, ao problematizar a questão da presença dos garimpos e seus personagens, a experiência de grupos sociais deslocados para um mesmo espaço aglutinador de diversas práticas sociais: o extremo norte de Mato Grosso, em área escolhida para instalação do projeto de colonização Alta Floresta/Paranaíta. Assim, o objetivo desse trabalho é procurar fazer emergir, através da investigação realizada, a experiência desses agentes históricos, num território onde se pretendeu – e penso que ainda se tenta – desconsiderar a memória de todo trabalhador pobre, seja garimpeiro, colono, peões e tantas outras categorias reveladoras da sua diversidade cultural. Torna-se muito importante analisar as condições objetivas que propiciaram o recurso a práticas de violência, utilizadas para tentar livrar os grandes proprietários (das colonizadoras, madeireiras, fazendas), da presença incômoda de trabalhadores que, no *espaço da colonização*, iriam dedicar-se aos garimpos do ouro.

A perspectiva encontrada para a abordagem de um tema novo, neste caso, a relação da colonização com os garimpos surgidos em sua área de atuação, implicou no

¹³ Depoimento de um garimpeiro de Alta Floresta que esteve na área do garimpo Paranaíta-MT, ouvido pela Comissão da CPT, regional Mato Grosso, constante do dossiê *Imprensa e Documentos 1979/2*. CPT,

desafio de lidar com a memória e com os depoimentos orais, reconhecendo que a memória é uma construção social e é também constantemente reelaborada. Desta forma, na produção de narrativas pode-se perceber a intenção de resignificar o passado, valendo-se da perspectiva do presente. O relato oral produz um corpo documental que permite ao pesquisador exercitar sua sensibilidade para poder encontrar nas marcas pessoais, que aparentemente individualizam o depoente, um texto que relata a experiência coletiva do grupo de agentes sociais do qual faz parte. Esse é o resultado que se busca com a utilização de fontes orais. Tendo presente leituras que concebem como cultura também os modos de viver, fazer, praticar, lutar, trabalhar, etc., de grupos sociais que “os registros oficiais comumente insistem em “esquecer”,¹⁴ procurou-se dar visibilidade a outras práticas e acontecimentos que marcaram os anos que, em Alta Floresta, a colonização privada buscava se firmar como única a alternativa socialmente válida de exploração da terra.

Partindo da perspectiva do “campo da história como campo de luta”¹⁵ e que o conhecimento histórico não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém mas

“(...) depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concederam os membros desse grupo assim como nas propriedades econômicas e culturais que eles têm em comum”¹⁶

procurou-se buscar perceber os conflitos, contradições, diversidades, presentes nas

Cuiabá, 15 de novembro de 1979, pp. 99/106.

¹⁴ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3ª. ed. São Paulo, Contexto, 1994 (Caminhos da história)

¹⁵ Idem, p. 27

práticas e representações que cada segmento produziu.

Assim, na fronteira dos *espaços de colonização e garimpos*, coube ao colonizador o monopólio da legitimação do “seu espaço” e da verdade. O discurso com que procurou, ao mesmo tempo que criava um outro da relação, destruí-lo, foi um esforço, uma tentativa de estigmatizar e desqualificar o garimpeiro. Quer dizer, no norte do Mato Grosso, o ouro precisou continuar sendo apenas verde.¹⁷

Procurei utilizar, ao máximo, neste trabalho, a fala dos garimpeiros proveniente dos depoimentos, alertando que, de acordo com Antônio Torres Montenegro,¹⁸ aquilo que se busca fazer esquecer ou apagar, para que se construa uma história oficial, própria de grupos ou classes historicamente dominantes – por não ter sido registrado ou por não haver interesse em ser lembrado – acaba, muitas vezes, por cristalizar as versões produzidas por esses grupos hegemônicos. Contudo, é preciso lembrar, tudo que os historiadores afirmam é construído a partir da leitura dos documentos que utiliza e também das ausências ou lacunas encontradas nessa base documental. Cada documento pode indicar aspectos das realidades estudadas, que o historiador vai montando pouco a pouco, como numa paciente leitura de mosaico. É nesta relação, entre a análise de seu material e sua reflexão que se escreve a história. Como os historiadores têm toda a liberdade para, diante da documentação, fazer suas próprias perguntas e encontrar ou não suas respostas para as questões propostas, muitas vezes suas análises acabam por levantar controvérsias, provocando novos estudiosos a expressarem posições contrárias,

¹⁶ BOURDIEU Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel Brasil, Bertrand, 1989

¹⁷ A propaganda utilizada pelas empresas privadas de colonização para a mobilização de trabalhadores do sul para a Amazônia, jogou com a força representada pelas condições climáticas e a suposta fertilidade da terra amazônica para estes agricultores. Acostumados com a cultura do café e lutando contra a adversidade climática dos estados sul do país, o enriquecimento parecia garantido na terra do café sem geada. Sobre este aspecto, confira Regina Beatriz Guimarães Neto *A lenda do ouro verde*, op. it.

¹⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Reinventando a liberdade: A abolição da escravidão no Brasil*. São Paulo, Atual, 1989

tornando públicas também as suas pesquisas e interpretações. Por isto, lembra o historiador Antônio Torres Montenegro,

“quando desenvolvemos uma opinião, um argumento histórico muito diferente do que a maioria das pessoas está acostumada a acreditar, procuramos um maior número de fontes documentais para consolidar nosso ponto de vista”¹⁹.

Quando surge a oportunidade de se trabalhar com os sempre raros documentos que registram a fala ou a escrita dos próprios posseiros, colonos ou garimpeiros, de muitas formas pressionados para fiarem à margem da história, no recente processo de reocupação - para colonização agrícola ou mesmo para a especulação fundiária -, é necessário estar atento para o fato de que também o seu relato constitui-se em uma leitura própria do mundo.

De qualquer forma, como estamos muito mais acostumados aos estudos que se utilizam de registros de terceiros – negando aos próprios agentes sociais o direito de se expressarem diretamente – a dificuldade com o tratamento de uma documentação nova criou situações muito especiais para lidar com a questão. Isto é, foi necessário construir o texto a partir dos depoimentos que se tem registro.

Assim, pareceu mais enriquecedor valer-me neste estudo das falas tanto dos colonizadores, quanto dos colonos, moradores dos núcleos urbanos e garimpeiros, presentes neste espaço determinado. Elas indicam a existência de uma prática discursiva que organiza outras práticas, marcadas pela violência contra os garimpeiros, procurando cruzá-las com outras fontes – jornais, revistas, fotografias, documentos oficiais. Desse modo, penso que se possa levar a pesquisa a dar conta do seu objetivo principal, ou seja,

¹⁹ MONTENEGRO, Antônio Torres. Op. cit., p

estudar as relações de violência no controle da terra, no interior do *espaço da colonização*, no sentido terra-garimpo.

As reflexões esboçadas no primeiro capítulo, centraram-se na intensa mobilização da força de trabalho para a Amazônia – especialmente na década de 1970 – e as suas implicações para a construção do que foi denominado *espaço da colonização*. Na medida em que a existência de uma massa de trabalhadores pobres, excluídos do acesso à terra, tanto nos projetos de colonização quanto do “estoque” apresentado como disponível nos “enormes vazios” existentes na região, mas que não estavam efetivamente ao alcance de todos, passaram a constituir ameaça àqueles que detinham o monopólio do seu controle, criaram-se diversas práticas de exclusão de diferentes grupos sociais mobilizados pelo processo de reocupação da Amazônia.

Ao tratar da constituição e exercício das práticas de violência, o segundo capítulo foi dividido em cinco tópicos, onde se procurou analisar as formas que assumiram e as visões que tiveram diferentes agentes sociais, contemporâneos aos principais acontecimentos verificados em Alta Floresta e nos garimpos surgidos nos anos de consolidação do projeto de colonização da Indeco.

Por último, o terceiro capítulo desta dissertação, está dedicado a reconstituir o mapa da violência e, por esta ter recaído com maior intensidade sobre aqueles trabalhadores que foram excluídos do mercado de mão-de-obra, e na Amazônia tornaram-se “catadores” de ouro, procurou-se onde e como se manifestaram as práticas de violência que contra estes se voltaram.

Os três capítulos foram divididos em diversos tópicos, cujo objetivo é facilitar a apresentação dos temas tratados em cada um deles.

Capítulo 1 – “Eu quero ir para Alta Floresta”

*Fortaleza 20 de Novembro de 1980
Em^o. Sr. Prefeito da:
Cidade Alto Floresta: Mato-Grosso:*

Caro Snh^o!!! Em primeiro lugar almejo muito sucesso e um Bom exito em vossa conceituosa e ardua luta de Administração

Meu caro Senh^o. – ainda ontem tive a honra de ver atravez da TV. O progresso e desenvolvimento de vossa conceituosa cidade. Motivo que deixou-me chei de esperança e vontade de vencer na vida cujo momento eu anseio a 30 anos, com a finalidade de crescer e dar a minha família uma vida condigna na sociedade.

Caro Senhor. eu sou um cidadão Brasileiro casado pai de um casal composto de duas lindas crianças Trabalho em mecanico de auto e maquinas – diesel e gasolina. Lanterno. Pinto e faço eletricidade sou tambem motorista habilitado carteira P F.C. Vivo sob um salario de miseria e vendo as vantagens de Alto floresta queria ir para ai certo de que eu teria cobertura por parte de vossa dignissima pescoa certo de vossa compreensão eu muito grato aguardo vossa resposta desde já muito grato e meus sinceros votos de paz e harmonia em vosso (governo)

José Genivaldo Alves do Carmo²⁰

Vitória, 10/11/80

Ilmo Prefeito !

O jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, no dia 08 deste, reportou a sua cidade como região em franco desenvolvimento e, o pensamento positivo aliado à vontade de vencer me levou a tomar a iniciativa de lhe escrever.

Sou formado há 4 meses pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro conforme documento comprobatório em anexo. Pois bem, na qualidade de cirurgião dentista interessei-me por sua cidade pensando ser útil a essa população que denota espírito construtivo, e assim, crescer e prosperar, também, junto com ela.

Tenho consultório comprado o qual será entregue em janeiro próximo, isto, por convenção do fabricante. Este consultório é, em seu todo, ideal, uma vez que possui todos os requisitos necessários que uma odontologia moderna exige como estufa esterilizadora, aparelho de raios X e outros mais, visando não somente o bom desenvolvimento profissional como também o conforto do paciente.

Gostaria que V.S^a. me fornecesse dados mais detalhados a respeito de sua cidade em amplos sentidos. E, quanto a meu campo de trabalho, eu gostaria de saber também de saber se já tem odontólogo aí e se há algum incentivo do governo municipal, como algum convênio, no que diz respeito à saúde pública.

Creio que devo frisar também, uma vez que estou com casamento marcado para meado de janeiro, que minha noiva além de possuir o curso de normalista, concluirá em dezembro próximo o curso de Estudos Sociais a nível superior.

Isto, sem querer ser pretencioso, acrdito que poderá ser também de grande valia para uma contínua escolaridade da população.

²⁰ Carta manuscrita, transcrita conforme o original. As cartas enviadas de diversas partes do país por pessoas que declaravam interesse em se estabelecerem na cidade de Alta Floresta após o “Jornal Nacional” e “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão divulgarem a “cidade como região em franco desenvolvimento”, encontravam-se em poder do pesquisador Blásio Germano Schmitz e foram doadas, juntamente com as entrevistas por ele realizadas, para a Universidade Federal de Mato Grosso, estando à disposição dos pesquisadores no Arquivo Público do Estado.

O notado progresso ordenado de sua região me fez pensar seriamente em minha fixação aí. O desejo de crescer, evolver com um povo resoluto me faz crer que virá a calhar nesta cidade de evidente evolução.

Apesar de eu ter sido objetivo e um tanto conciso, quero deixar claro que, minhas intenções são das melhores possíveis. Estando certo da sua compreensão, esperarei sua consideração a respeito.

Aceite minha cordial saudação.

Wilson Siqueira

P.S.: Meu endereço é:

Caixa Postal nº. 81

CEP.: 29.930 – São Mateus – E. S²¹.

No final de 1980, cartas como estas chegaram aos milhares em Alta Floresta, enviadas de toda parte do Brasil. Todas manifestavam o desejo de seus remetentes em migrar para Mato Grosso. Como os missivistas não tinham maiores referências sobre o município, enviaram pedidos de informações para a prefeitura, – que ainda não existia – aos cuidados do prefeito, – que ainda não havia sido eleito – para supostos órgãos públicos inexistentes, como Delegacia do Ministério do Trabalho e “órgãos encaminhadores”.

Trabalhadores urbanos que a colonização precisou atrair e que diante de uma nova fase de divulgação, tinha a intenção de melhorar a imagem do município – manchada pela violência desencadeada no ano anterior. Contudo, o objetivo principal era mesmo selecionar e recrutar mão-de-obra para o núcleo urbano, cuja população surpreendeu o planejamento previsto em sua fase de implantação, fazendo explodir a demanda por equipamentos e serviços urbanos.

Com esta finalidade o administrador municipal, Wanderlei Pereira,²² encarregou-se de responder a todos através de carta mimeografada, oferecendo “um retrato pálido, mal feito mesmo”, da cidade, “feita por – e especialmente para –

²¹ Carta manuscrita conforme o original. Parte do acervo doado por Blásio G. Schmitz.

²² Eleito prefeito municipal nas eleições de 1980, Wanderlei Pereira tomaria posse em 31 de janeiro de 1981 quando, oficialmente, seria instalada a sede do município e a primeira legislatura.

pio neiros”,²³ onde se encontram instaladas diversas instituições de “*suporte à atividade principal do projeto, ou seja, a agricultura perene*”.²⁴ Identificava também os principais problemas do recém-fundado município, onde o “*fenômeno garimpo*” tornou o custo de vida “*quase insuportável*”.

1.1 – O controle privado da terra

Na história do Brasil contemporâneo, a década de 1970 assinala os anos de maior intensidade da ditadura militar e da repressão política em todos os setores da sociedade brasileira. Para fazer frente à crise do setor agrário, os homens das casernas ressuscitam o velho projeto getulista da “marcha para o Oeste”, deslocando amplos contingentes de trabalhadores – “excedentes noutras regiões” – para a Amazônia, escudado pelo discurso da sua “*integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira*”.²⁵

A pretendida integração proposta pelos militares deveria ocorrer “*para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, absorvendo os contingentes populacionais de outras áreas elevando o nível de renda e bem-estar da região*”²⁶ e, para conseguir este objetivo, podem ser considerados como fatores de importância

“(…) 1) *construção da Transamazônica, o grande eixo transversal ligando a Amazônia ao Nordeste; 2) a construção da Cuiabá-Santarém, eixo longitudinal Norte-Sul, unindo a Amazônia ao Planalto Central e ao Centro-Sul; 3) levantamento integrado dos recursos naturais por conta do*

²³ A resposta mimeografada de Wanderlei Pereira, é datada em 18.11.1980 e pode ser conferida, na íntegra, nos anexos

²⁴ Wanderlei Pereira, carta citada.

²⁵ Jornal O Estado de Mato Grosso, 27.07.1977, p. 10. “*Cattete: Polamazônia supera expectativas*”.

²⁶ Jornal O Estado..., cit.

*Projeto Radam, fazendo cobertura aérea Radargran; 4) seleção de pólos de desenvolvimento e de integração, estabelecendo prioridade regionais para concentração de aplicações; 5) programa de colonização da Transamazônica e; 6) instituição do PROTERRA, levando apoio ao pequeno produtor e estimulando a implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial”.*²⁷

Coerente com esse projeto, o senador paraense Catette Pinheiro (ARENA-PA) resume o Plano Integrado de povoamento, colonização e desenvolvimento amazônico que, na sua análise, deveria servir para sustentar a estratégia para o país se tornar “potência industrial” e parte do “*intenso e concentrado esforço de desenvolvimento dos setores agrícola, pecuário e extrativista.*”²⁸ Nesta linha, o “esforço de desenvolvimento” destes setores encontrava na Amazônia todas as condições de plena realização e no *povo brasileiro* as qualidades necessárias para realizá-lo. A “imensa região amazônica” dispunha de

(...) terras utilizáveis, em condições de serem imediatamente postas no uso social e econômico (...) e o Brasil de (...) um povo disposto a assumir tal desafio (...) e disposição ímpar para o trabalho, contestando aqueles que o chamam de indolente e incapaz”,

apontando que, além disto, o trabalhador brasileiro dispõe

(...) de uma vocação histórica para a conquista de novas fronteiras, vocação esta que é a de enfrentar qualquer esforço com a perspectiva da aventura e a dimensão da

²⁷ Idem, p. 10

²⁸ Idem, Ibidem

esperança” (...) dispomos de um sistema político capaz de dar continuidade a um programa desse porte pois, independente do ciclo alternativo de governantes, dispõe de características gerais que asseguram sua execução”²⁹

A frente de expansão proposta impõe uma lógica de controle da terra, aparecendo os programas de colonização como uma das estratégias para acomodar as frentes de trabalho mobilizadas, mesmo esbarrando no histórico erro do total desconhecimento da região, o que resultou em improvisações desastrosas. Assim, o “modelo de desenvolvimento” proposto pela Associação dos Empresários da Amazônia, antes das empresas particulares iniciarem sua atuação na Amazônia, reclamou da falta de programas de colonização, localizados estrategicamente nas regiões de ocupação, o que não permitiu o conveniente assentamento dos

“(...) poucos posseiros dispersos ao longo dos rios, como dos contingentes de trabalhadores das frentes de trabalho das empresas, que necessária e sabidamente seriam desmobilizados, após a implantação das atividades previstas”.³⁰

É possível, assim, visualizarmos a existência de uma massa de trabalhadores “desmobilizados” se reespecializando na Amazônia, trazendo como resultado mais grave o aumento do número de posseiros e a ação de grileiros, potencializando os problemas de tensão social no controle do estoque de terras na Amazônia. Controle que será, realmente, o grande gerador de praticamente todo tipo de violência no que se refere às questões agrárias também nesta parte do território nacional. Situação ainda mais conflituosa quando adicionamos a essas questões, os problemas gerados pela

²⁹ Jornal O Estado de Mato Grosso, 04.08.1977, p. 10. “Modelo para o desenvolvimento da Amazônia”

³⁰ Jornal O Estado ... 09.08.1977, p. 10

ocupação desordenada das faixas de terras devolutas situadas ao longo do eixo representado pelas rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém.

Ainda na década de 70, pode-se observar que, além da mão-de-obra liberada pelas empresas agropecuárias e dos posseiros da própria região, para esse território se dirige um intenso fluxo de trabalhadores rurais da mesma forma desmobilizados em seus estados em razão de um modelo de desenvolvimento agrícola que implicou na acelerada mecanização da lavoura e na desestruturação da produção baseada na pequena propriedade familiar. Procedentes sobretudo do norte do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, foram atraídos pela possibilidade de, na Amazônia – e no caso específico deste estudo, no Mato Grosso amazônico – reproduzir sua identidade de agricultor.

Os projetos implantados pelos órgãos públicos de colonização ao longo das rodovias federais, especialmente destinados a acomodar migrações para a Amazônia, induzidas ou espontâneas, não tiveram condições de absorver o imenso contingente de famílias que afluíram para Rondônia e Mato Grosso, seduzidas pela perspectiva de aquisição de terra. Atendendo aos apelos para a ocupação dos “espaços vazios”, todo esforço dos governantes dos Estados integrantes da Amazônia legal foi feito no sentido de garantir a *“atração dos excedentes populacionais sem terra e trabalho das demais regiões brasileiras, principalmente do Centro-Sul”*,³¹ acrescentando substancial contingente à população existente, o que acabou provocando situações explosivas de tensão social e fez com que o índice de crescimento da população e os problemas decorrentes do inchaço urbano se agravassem no Centro-Oeste.

Implantados às pressas, sem planejamento de longo prazo e, o mais grave, não priorizando estudos prévios que possibilitassem um melhor conhecimento da realidade

³¹ FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986

amazônica, com poucas exceções, não passaram de estratégias para “*estocar no campo um dos componentes necessários ao tripé de todo empreendimento capitalista agrário: o trabalhador livre*”./³² Depois de serem “amontoados” em meio à selva amazônica, os colonos estavam entregues à própria sorte.

A formação da reserva de trabalhadores necessários aos empreendimentos agropecuários da época, correspondia as precárias condições de vida nos projetos de colonização pública a que estavam submetidos os colonos. Suas dificuldades e o fracasso desse tipo de empreendimento ligava-se à má qualidade das terras nas colônias, o tamanho inadequado dos lotes, a ausência de crédito agrícola e assistência técnica, carência de infra-estrutura de apoio, além da distância da área dos centros urbanos. Nessas condições, lembra Eudson de Castro, “*os colonos estavam fadados ao insucesso, caso insistissem em permanecer na terra sem vender a sua força de trabalho*”.³³ Acabaram gerando mais problemas do que aqueles que se propunham solucionar e precisaram ser repensados. A alternativa foi a proposta de Programas de Assentamento Conjuntos – PCAs – envolvendo governo e iniciativa privada, esta última através das cooperativas de agricultores, e a abertura para as empresas particulares de colonização interessadas em assentar colonos no norte de Mato Grosso. Uma série de irregularidades envolvendo as Cooperativas – conforme descrito no exemplo da Canarana, responsável pelo projeto Terra Nova³⁴ – acabou também por favorecer a proposta de colonização privada.

Foi com esta finalidade que em 5 de outubro de 1973 o empresário Ariosto da Riva assinou a escritura de compromisso para a compra de uma área de 400 mil hectares para a implantação do programa integrado de colonização que, apenas alguns anos

³² Idem, p. 90

³³ Idem, p. 91

depois, daria origem aos atuais municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Na lógica do empresário paulista, como o norte do Paraná

*“(...) havia sido conquistado graças ao café, pensou logo nesta cultura nobre, que na gleba encontraria duas vantagens: a ausência de geadas e chuvas no período de agosto-setembro, no momento da florada”.*³⁵

Aliás, esta é uma característica comum a quase todos os projetos de iniciativa das colonizadoras no Mato Grosso: a produção agrícola tendo no café seu principal produto de apresentação. A opção foi determinada pelo apoio e incentivos oferecidos pelo governo federal que, ao estabelecer alianças com o capital privado, estabelecia a política de orientação da produção, via créditos e incentivos fiscais. Em muitos projetos a prioridade mudava de acordo com esta orientação política. Caso da Sinop – cidade fruto da implantação de projeto de colonização localizado no eixo da Cuiabá-Santarém, na altura do km 500, e que deve seu nome à sigla da colonizadora do empresário Ênio Pipino. Assim que anunciado o Programa de Incentivo à Produção de Álcool, dedicou-se a construir moderna usina para produção de álcool a partir da mandioca, destinando parte da área no *espaço da colonização* da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná para o seu plantio.³⁶

Para mobilizar a força de trabalho de que necessitava e que, de acordo com as características definidas como ideais para os projetos, a colonização não poderia encontrar dentro do estoque de mão-de-obra já disponível, optou por selecionar os

³⁴ Sobre as expectativas, frustrações e dificuldades enfrentadas pelos colonos assentados por estes programas conjuntos, ver: *“Quinto distrito do inferno” – o imaginário sobre Mato Grosso*. Páginas 37 e seguintes, desta dissertação.

³⁵ APPY, Robert. *Jornal O Estado de Mato Grosso*, 22.07. 1977, p. 8. *“Novo centro produtor de café fica no Mato Grosso”*.

³⁶ Sobre as relações de produção no âmbito da SINOP, e as implicações da mudança de orientação para o plantio de mandioca, ver a Dissertação de Mestrado de João Mariano de OLIVEIRA, *“A esperança vem na frente”*. *Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso: o caso Sinop*. São Paulo, FFLCH/USP, 1983 (Dissertação de Mestrado)

futuros colonos diretamente nos estados do extremo sul, preferentemente aqueles que “passaram pela escola agrícola do Paraná”.

A estratégia montada para mobilização de mão-de-obra destinada à colonização, uniu um farto e diversificado material publicitário a uma bem articulada trama de propaganda direta, que incluiu a vinda ao norte de Mato Grosso de agricultores que pudessem exercer influência nos locais de origem e em condições de convencer muitos outros pequenos proprietários, para visitar a fazenda experimental da empresa, a Caiabi, onde se desenvolviam extensas plantações de café. Espalhou, ao mesmo tempo, escritórios e representantes nas principais cidades do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, destinados a selecionar colonos para Alta Floresta.³⁷

No bem cuidado material de divulgação, o norte de Mato Grosso foi descrito como lugar de terra fértil, abundante e ao alcance de todos. Esta propaganda fazia parte de uma grande estratégia de mobilização de força de trabalho, e já sinalizava que o acesso à terra estaria disponível apenas para os colonos selecionados e em condições de nela permanecer. Todo esse processo era controlado pela empresa que organizava e determinava seu acesso.

Entretanto, divulgado como pré-figuração do “eldorado”, as imagens construídas sobre o Mato Grosso amazônico não atraíram apenas os “colonos ideais” que se procurou priorizar; junto atraiu também um conjunto de trabalhadores que não passaram pelos escritórios de triagem das empresas colonizadoras. Estes vieram tanto do Sul como de outras regiões e que, no *espaço da colonização*, não estavam previstos. Meu olhar se dirige para estes trabalhadores que, excluídos da possibilidade de acesso à terra, criariam outras estratégias de permanência, mantendo a esperança de ainda “se fazer no Mato Grosso”.

³⁷ A esse respeito, confira GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. FFLCH/UNICAMP, Campinas, 1986.

Uma outra situação, fará do norte de Mato Grosso espaço privilegiado para a intensificação do movimento desses grupos sociais em sua direção, no final década de 70, importante para se entender a violência contra os garimpeiros no espaço da colonização. Trata-se de destacar a escalada do preço do ouro no mercado internacional e a corrida para a Amazônia que provocou – em parte motivada pela intervenção estatal no setor de mineração – o que teria também contribuído para elevar ainda mais a pressão e as tensões pelo controle privado da terra na Amazônia em geral.³⁸

Assim, o garimpo será também um outro fator, que transformará o norte de Mato Grosso em pólo de atração de diversas correntes migratórias no final da década de 1970.

1.2 – A construção do espaço da colonização

A cidade de Alta Floresta foi criada a partir de um projeto que consumiu, segundo estimativas da própria empresa que o idealizou, não menos que um bilhão de cruzeiros. Realizado por um homem que se apresentava como ex-garimpeiro, descendente de venezianos, após vencer a concorrência pública para aquisição de parte da área que o governo do estado de Mato Grosso, empenhado em modernizar a administração pública, colocava a venda. Área total licitada de aproximadamente dois milhões de hectares de terras localizadas no município de Aripuanã, no extremo mais ao norte do estado. Ao governo de Mato Grosso a colonizadora pagou, em 1973, irrisórios cinquenta cruzeiros por hectare.³⁹ Com parte dos recursos arrecadados, segundo dados divulgados nos meios de comunicação politicamente identificados e controlados pelas verbas palacianas destinadas à propaganda dos atos de governo, a administração estadual teria iniciado a construção do Complexo Político e Administrativo – CPA; da

³⁸ Sobre políticas públicas no setor mineral, ver HANAI, Maria. *O eldorado brasileiro: Política, trabalho e meio ambiente na mineração do ouro*. São Paulo, FFLCH/USP, 1994. (Tese de Doutorado).

Praça de Esportes de Cuiabá – o estádio de futebol que o torcedor cuiabano apelidou de “Verdão”; o Hospital da Universidade Estadual de Mato Grosso, na época situada em Campo Grande; a Penitenciária de Cuiabá; o Centro Educacional Rural de Aquidauana, no então sul do estado.⁴⁰ Destinou parte dos recursos para a aquisição de materiais administrativos para diversos órgãos da administração, para a construção do moinho de calcário da cidade de Terenos, para a linha de transmissão Cuiabá-Guia, para aplicação na Transpantaneira e estradas vicinais e em obras de infra-estrutura no próprio município de Aripuanã.

Uma das exigências feitas aos interessados na aquisição de terras no norte do Estado era a apresentação e execução de projetos de colonização agrícola em área de 400 mil hectares na divisa entre Mato Grosso e Pará.

Partindo do eixo representado pela Cuiabá-Santarém – às margens da qual instalou-se a maioria dos projetos de colonização – a Indeco inicia o processo de ocupação das terras compradas ao Estado, a partir do entroncamento localizado na altura do quilômetro 653. A abertura da clareira no meio da floresta amazônica onde surgiria a cidade de Alta Floresta, começou em 1973, com a construção da estrada de 147 quilômetros, a J-1, ligando a BR-163 até o rio Teles Pires. A área escolhida para ser a sede do núcleo ficava na margem oposta do rio Teles Pires, que neste ponto apresentava mais de quatrocentos metros de largura. Dessa maneira, para alcançar a sede do núcleo de colonização foi necessário adquirir uma balsa. Esta foi construída no próprio local, com recursos do Polamazônia e, junto com a implantação de mais 45

³⁹ Jornal O Estado de Mato Grosso, 19 de Fevereiro de 1974, p. 10

⁴⁰ Antes de 1977 o Mato Grosso ainda não havia sido dividido. Em 1977 desmembrou-se parte de seu território para dar origem ao estado do Mato Grosso do Sul. Campo Grande tornou-se capital do novo estado.

kilômetros da rodovia J-1 – trecho Teles Pires-Apiacás-Juruena – consumiram de mais de dez milhões e quinhentos mil cruzeiros.⁴¹

A escolha da área do outro lado do rio revelou-se uma estratégia da colonizadora para procedimentos de triagem, a despeito da justificativa de que naquele local existia uma mancha de terra roxa mais propícia ao desenvolvimento de culturas perenes como o café, cacau e guaraná. A balsa durante oito anos representou o único meio de se chegar à gleba da Indeco. Pouco tempo depois, com o surgimento de agentes sociais não previstos no planejamento da firma, a balsa acabou servindo também para controlar a entrada de migrantes na cidade sede, numa tentativa de se evitar a presença daqueles que a colonizadora julgava inconvenientes, como os garimpeiros.

Depois de providenciada a balsa para a travessia, a colonizadora iniciou suas atividades em 1976, ano da chegada dos primeiros 1.200 colonos. Exatamente no dia 16 de maio deste ano, o topógrafo Antônio Nunes Severo Gomes demarcou um ponto da floresta e declarou solenemente: “*aqui será construída Alta Floresta*”.⁴²

“Em 1976 deram início à expansão da cidade. Começaram: caldeira, marcenaria, olaria, tudo. O ano de 1976, para Alta Floresta, pode ser considerado como 1958 para Brasília. Foi o auge”.⁴³

De forma igualmente solene, numa analogia à primeira missa que marca o “descobrimento do Brasil”, no dia 12 de setembro providenciou-se a celebração de uma primeira missa de Alta Floresta num dos alojamentos construídos para servir de escritório provisório da Indeco, marcando simbolicamente a conquista da terra pela colonização agrícola contemporânea.

⁴¹ Jornal o Estado de Mato Grosso, edição de 8 de junho de 1977, p. 1.

⁴² Jornal da Tarde. “*Onde o crime jamais é castigado*”, s/d

⁴³ Depoimento do topógrafo Antônio Nunes Severo Gomes a Germano Blásio Schmitz. Alta Floresta, 1982

Beneficiado por um amplo programa de incentivos fiscais que facilitava empréstimos a juros baixos e redução de taxas sobre os lucros das empresas de colonização, Ariosto da Riva tencionava construir na Amazônia mato-grossense

*“uma comunidade de fazendeiros cuja colheita pudesse ser beneficiada na própria região, criando empregos e gerando riquezas no coração da Amazônia”.*⁴⁴

A mudança de planos veio com a abertura feita pelo governo federal, e apoiada pela administração estadual, para que a iniciativa privada participasse, nas palavras de outro colonizador, da

*“conquista da Amazônia, que está aí como desafio às forças da nacionalidade. Partindo do consenso de que a Amazônia há de ser conquistada pelos brasileiros” (...) “a saga amazonense constitui um chamamento para que as forças do povo venham somar sua missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de sua presença nessa imensa paragem de seu território brasileiro”.*⁴⁵

No discurso da colonização, quase um eco das metáforas militares produzidas pelo Palácio do Planalto, nas falas tanto dos colonizadores quanto dos presidentes militares que visitaram Mato Grosso, “saga”, “conquista”, “missão”, “desafio”, são bastante frequentes, indicando que a ocupação da Amazônia seria orientada de acordo com os ideais próprios do regime militar. “Conquistar” aparece como a idéia básica e, ao longo da BR-163,

“agricultores e colonizadoras iriam somar experiências e aceitar o repto da luta, enfrentando, no cotidiano destes

⁴⁴ Ariosto da RIVA. Jornal O Estado de Mato Grosso, edição de 11 de junho de 1977, p. 10.

verdes sem fim, a história de fazer ou não fazer nossa presença patricia nestas regiões”⁴⁶

A obra de Ariosto da Riva, em Alta Floresta, diferentemente do que se procurou mostrar, pode ser percebida, na construção do *espaço da colonização*, como atravessada, em toda a sua arquitetura, de relações contraditórias e violentas. O recurso à violência na relação da colonizadora com outros grupos sociais, indica a incapacidade de seus executores em lidar com a diversidade de práticas e representações culturais levadas para Alta Floresta por trabalhadores de toda parte do Brasil, também atraídos pela colonização e que, no final das contas, escaparam ao planejamento e reconstruíram, ao seu modo, a história da ocupação do norte-matogrossense.

Com relação aos estudos sobre a história recente dos deslocamentos populacionais para a Amazônia, a maioria dos autores inscreve movimentos como a Marcha para o Oeste, a partir de 1938, nos marcos do nacionalismo, incorporado sistematicamente a uma determinada orientação ideológica do ideário estadonovista. Sendo assim, o governo getulista se preocupava em ocupar os “vazios demográficos” existentes, buscando não só a unidade política de seu governo como, supostamente, também desfazer as “ilhas econômicas” que afirmava separar as regiões brasileiras.

Desta forma, o problema da ocupação do território e da reintegração das relações cidade-campo eram pensados na sua articulação com o desenvolvimento econômico autônomo e de acordo com os interesses dos setores mais desenvolvidos e urbanizados da sociedade nacional.

“(…) De formas diversas, conforme a importância relativa da questão que estava sendo focalizada, as conveniências políticas dos governantes e a consciência que se havia

⁴⁵ Discurso de Enio Pipino na solenidade de inauguração da cidade SINOP. Cidade SINOP, 14 de Setembro de 1974

*elaborado a seu propósito, os assuntos eram abordados de forma mais ou menos nacionalista. (...) Ao mesmo tempo, exprimia-se, pouco a pouco, a tentativa de elaborar uma nova compreensão dos problemas nacionais, em conjunto”.*⁴⁷

O próprio Getúlio Vargas, em discurso proferido em Cuiabá, sintetiza estes interesses:

*“(...) O problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima mas abrangendo a totalidade do País. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da marcha para o oeste”.*⁴⁸

Este propósito expansionista da fronteira,⁴⁹ nas décadas de 1940 e 1950 foi mais acentuado em direção ao Paraná, onde o café, a agricultura em pequenas unidades de

⁴⁶ Idem

⁴⁷ Otávio IANNI. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971 (Col. Retratos do Brasil)

⁴⁸ Getúlio Dorneles VARGAS. 7 de agosto de 1941. Discurso proferido em Cuiabá. *Diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1942, pp. 138-9

⁴⁹ O conceito de fronteira, nestas análises, é do tipo tradicional e implica uma noção que confere uma certa divisão no processo de ocupação. Assim, criam-se tipos de fronteiras que se distinguem umas das outras, como se não houvesse nenhuma relação entre elas (fronteira agrícola, fronteira demográfica, fronteira pioneira, fronteira de expansão do capital...), remetendo às imagens de “espaços vazios”, “terras livres”, “terras sem dono”, etc. Muitos são os trabalhos de caráter mais geral sobre a Amazônia, sendo de particular interesse a leitura de Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*; IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979; J. F. GRAZIANO DA SILVA. “Do descobrimento à lei de terras”. In.: *A estrutura agrária e a produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978. SANTOS, José V. Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ., 1993.

produção e a exploração da madeira, foram elementos fundamentais para o crescimento demográfico e econômico da região. A fronteira agrícola representada pelo Norte do Paraná se baseou na rápida expansão do cultivo do café, com base na utilização intensiva de mão-de-obra, sendo no início garantida pela exploração da madeira, considerando-se que o café entra na sua fase de produção apenas depois de cinco anos. No final dos anos sessenta, a fronteira paranaense já havia alcançado seu limite mais ocidental.

Ao mesmo tempo em que se esgotava a frente paranaense, ainda que o “fechamento” da fronteira tenha sido objeto de discussão, a região Centro-Oeste passa a abrigar a nova capital do país. A construção da rodovia Belém-Brasília – construída no governo de Juscelino Kubitscheck, no final da década de 60, início de 70 – dará novo impulso ao fluxo migratório em sua direção. O fenômeno migratório, fundamental para a compreensão da colonização na Amazônia mato-grossense, será intensificado na década de 1970, a partir da construção de outras rodovias, sobretudo a Transamazônica, a mais importante para a penetração de grupos vindos do norte e nordeste em direção à Amazônia.

Deste modo a penetração e ocupação de terras no norte do atual estado de Mato Grosso foram enormemente favorecidas pela implantação da malha viária federal, articulada às estradas construídas pelo governo estadual e pelas empresas de colonização. Nos discursos oficiais apareciam como parte do projeto de “integração da Amazônia brasileira ao território nacional”.⁵⁰ O eixo rodoviário representado pelas rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho, sem dúvida favoreceu a pretendida integração territorial, servindo também para a penetração

⁵⁰ Projeto de Colonização INDECO. Material de divulgação do 4º. Aniversário de Alta Floresta. 10º mês de Paranaíta. Alta Floresta/MT, 1979

de capitais e trabalhadores na Amazônia, facilitando ainda a instalação de agroindústrias e empreendimentos agropecuários ligados aos grandes grupos nacionais e estrangeiros.

Em relação à Amazônia mato-grossense, em particular, não foi diferente, na medida em que, no nível estadual, o poder público tratou de providenciar a infraestrutura necessária, interligando estradas estaduais de acesso às áreas a serem ocupadas às rodovias federais.

Além de possuir um território de enormes proporções, o estado de Mato Grosso era tido e descrito, não apenas pelas próprias colonizadoras em seu material publicitário mas também por parte da imprensa empenhada em apoiar os projetos privados de colonização, como região de terras férteis e que apresentava uma densidade populacional – como todo o Centro-Oeste – extremamente baixa, podendo, portanto, nesse discurso, serem utilizadas para fins de colonização agrícola, oferecendo a vantagem de satisfazer a demanda por terras de agricultores de outras regiões, esvaziando a pressão por Reforma Agrária.⁵¹

Em julho de 1973, o empresário nascido na cidade de Agudos, Ariosto da Riva, adquiriu do governo do estado de Mato Grosso uma área de aproximadamente 400 mil hectares de terras no município de Aripuanã, onde planejou realizar seu projeto de comercialização de lotes para colonização na Amazônia. Como exigência para a aprovação dos projetos deveria destinar parte da área para a localização dos núcleos urbanos, organizados com o fim de fornecer a infra-estrutura necessária para a permanência dos agricultores na região. Surgia, desta maneira, no norte de Mato Grosso, uma malha urbana expressiva criada pelas colonizadoras particulares e pelos chamados Programas de Assentamentos Conjuntos – PACs.

⁵¹ Sobre a utilização da proposta de colonização agrícola para atender as reivindicações por Reforma Agrária, conferir SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1993; IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979

Ambas – colonização pública e privada – aparecem em cena como parte da nova orientação da política fundiária do governo militar, numa inequívoca mudança visando esvaziar as pressões pela Reforma Agrária, movimento que unia os trabalhadores rurais e seus aliados políticos nos grandes centros urbanos. Pressionado pela demanda por terra, em especial nas regiões de ocupação mais antiga, o governo acaba oferecendo a colonização para fins agrícolas e os programas de assentamento na região amazônica – descrita como “um enorme vazio demográfico” – como alternativa às reivindicações de mudanças mais incisivas na estrutura agrária do país.

Facilitada, a partir da década de 1960 pela construção de Brasília, a penetração e ocupação da Amazônia sofrerá grande e decisivo impulso nos anos setenta, sobretudo após a implantação dos eixos rodoviários, facilitando e incentivando a entrada das sucessivas levas de migrantes que se deslocarão para o Norte em busca de “melhores condições de vida” e trabalho.

1.3 – “Quinto distrito do inferno” – o imaginário sobre Mato Grosso

“(...) venham logo porque é diferente e muito melhor do que dizem. Estou mandando recado para os que ficaram no Rio Grande, dizendo como é aqui, e pedindo que venham logo. A terra daqui é muito boa e ao sul eu só volto a passeio”.⁵²

As cidades criadas – artefatos construídos pelas ações e práticas sociais – no norte mato-grossense, apresentam a característica comum de serem parte dos projetos de colonização agrícola particulares ou dos programas de assentamento conjunto. São os

casos de Alta Floresta, Sinop, Terra Nova, Peixoto Azevedo, Guarantã, Colíder, entre outras. Núcleos urbanos que abrigam uma população majoritariamente oriunda dos estados do sul.

Os programas de assentamento realizados no Mato Grosso envolvendo o INCRA e Cooperativas agrícolas, visavam reassentar agricultores de áreas de conflito e tensão social, especialmente aquelas localizadas no Sul do país. Como no caso específico dos agricultores expulsos da reserva dos índios Kaingang, em Nonoai, Rio Grande do Sul, que ficaram durante muitos meses assentados precariamente no parque de exposições agropecuárias do município rio-grandense de Esteio.

Praticamente “despejados” em local desconhecido, distante mais de três mil e seiscentos quilômetros do local de origem e onde imaginavam somente encontrar “vívaros e falcíparos transmissores de malária”, além de um lugar cuja imagem alguns comparavam ao “quinto distrito do inferno”, os que conseguiram superar as decepções pelo não cumprimento das promessas feitas antes da transferência e as dificuldades iniciais que tiveram que enfrentar e permanecer, fazem da ocupação do norte mato-grossense uma história atravessada pelas contradições. Da imagem mítica do “eldorado” prometido à dura realidade de um espaço social em construção, muitos obstáculos precisavam ser afastados. A adaptação a condições climáticas diferentes, a culturas com as quais não estavam familiarizados, a condições precárias de moradia, à distância de parentes e amigos que ficaram no Sul, mostraram-se sacrifícios que nem todos estavam dispostos a enfrentar.

Para populações deslocadas de núcleos urbanos de formação mais antiga localizados nos estados do sul, a imagem do norte de Mato Grosso mistura elementos próprios das regiões de fronteira, *“marcadas pela indefinição, pela ambigüidade e*

⁵² Jornal O Estado de Mato Grosso, nº. 10, julho de 1978, p. 7. Entrevista com o colono Lindolfo Lutz, integrante do grupo vindo de Esteio-RS, assentado no PAC Terra Nova .

multiplicidade cultural, sendo resultado das práticas sociais: um espaço entre dois". Zona mítica por excelência, é também lugar das possibilidades e da ascensão social. Desta forma, pode-se encontrar, dependendo do contexto histórico, uma grande diversidade de *experiências de fronteira* na amazônia mato-grossense,

*“compreendendo diversas práticas sociais e novas referências espaço-temporais, geradoras de conflitos, tensões e interações, os quais tornam-se opacos ou iluminados em linguagem mítica – promessa e inferno – que se articulam simbolicamente sobre diferentes práticas”*⁵³

Nesta perspectiva se insere o depoimento do agricultor Lindolfo Lutz, assentado no PAC Terra Nova, para quem a promessa da Cooperativa Agrícola Mista Canarana – Coopercana – de que *“não demorariam em receber, cada um, o título definitivo de propriedade dos 200 hectares do lote rural”*⁵⁴ onde poderiam iniciar a produção de alimentos, bem como *para algumas famílias de assentados a situação agora é melhor, considerando a precariedade da situação anterior.*

No entanto, antes de serem assentados, os agricultores acampados no parque de exposições agropecuárias de Esteio, tiveram de aguardar as discussões e a definição por uma área que pudesse recebê-los. Uma das propostas previa a transferência dos acampados para o norte de Mato Grosso, em projeto de assentamento envolvendo o INCRA – encarregado de titular as terras – e a Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda, responsável pela infra-estrutura necessária ao recebimento dos colonos.

Empresa fundada pelo ex-pastor luterano Norberto Schwantes, a COOPERCANA apresentou projeto para assentar as 870 famílias que, mesmo a

⁵³ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades de fronteira*. Texto que tem como referência o Projeto Integrado de Pesquisa – “Movimentos Populacionais, culturas e cidades na Amazônia mato-grossense – desenvolvido por uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação – Mestrado/Departamento de História da UFMT, que a autora coordena.

contragosto, acabaram transferidas para o projeto Terra Nova. A maioria dos colonos nada sabia sobre Mato Grosso, o que forçou a constituição de uma comitiva composta de três colonos de Esteio e três de Tenente Portela para conhecer a área prevista no projeto.

No dia 3 de maio de 1978, um sábado, a comitiva pôde conhecer o local indicado. Antes, porém, puderam acompanhar os debates provocados pela proposta de assentá-las no Mato Grosso. As posições dos sindicatos rurais gaúchos, de parte da imprensa e lideranças políticas, eram desfavoráveis. Alguns chegaram a comparar o Estado a um distrito do próprio inferno: “(...) *Mato Grosso não é o quinto distrito do inferno como diziam alguns jornais e deputados gaúchos*”,⁵⁵ lembram os primeiros colonos de Terra Nova quando chegaram na frente de colonização, uma área aberta em plena selva amazônica no entroncamento da rodovia Cuiabá-Santarém e sua ligação com Alta Floresta.

Muitos dos temores e apreensões experimentados antes da partida, como o fantasma da malária e outras doenças tropicais “*não existem mais. Virou folclore*”. Para os primeiros a chegar “*é a possibilidade de serem legítimos donos de suas terras, já que onde moravam eram apenas arrendatários*”⁵⁶ que emociona. As lembranças do primeiro grupo de famílias de colonos sulistas, no entanto, sempre que se reuniam nas rodas de chimarrão, voltam-se para os familiares que ficaram no sul e, na tentativa de convencer os que resistiram em aceitar o assentamento no Mato Grosso e refazer os grupos familiares desfeitos, acentuam as vantagens que podem identificar na gleba Terra Nova.

Este veículo privilegiado de “propaganda”, diretamente feita pelos migrantes, tendo como alvo parentes e amigos que ficaram, já foi notada por diversos outros

⁵⁴ Jornal O Estado de São Paulo, edição de 29 de abril de 1979, p. 28.

⁵⁵ Idem

pesquisadores e parece ter sido de muito boa eficácia como estratégia de convencimento, fortalecida e ampliada por aqueles trazidos para conhecer a colonização que se fazia no Mato Grosso. Contudo, como nos estado do sul o imaginário sobre Mato Grosso tinha ainda como principais referências terra, índio, selva, era a decantada fertilidade da terra a “*carta de apresentação*”. Importante salientar que os “*matuchos*”, deslocados do sul para a Amazônia, historicamente possuíam a tradição do cultivo da terra. Nas palavras de José Vicente Tavares dos Santos, *um desejo de terra*.⁵⁷

Neste sentido, a Cooperativa encarregada de alojar no norte os colonos do sul, expulsos das terras que ocuparam no interior da reserva indígena dos Kaingang em Nonoai-RS, procurou acentuar a positividade da terra, aproximando a gleba Terra Nova do conceito mítico do “eldorado”, projeção da “*terra prometida*”. Estratégia de atração, funcionou por curto período.

Um ano depois da chegada ao local de destino, os colonos gaúchos e catarinenses, instalados com suas famílias no Projeto Terra Nova, 650 quilômetros ao norte de Cuiabá, ainda não haviam recebido o título de propriedade prometido. A falta do documento aumenta a insegurança de sua nova condição. Posseiros ou arrendatários no sul viram a possibilidade de ascensão social – de posseiro a colono – ser violentamente frustrada pelo descumprimento das promessas de posse definitiva da terra e acesso ao crédito que viabilizaria a produção – garantidos apenas pelo título de propriedade.

A aproximação do tempo de preparar a terra para o plantio, a incerteza quanto ao recebimento do título definitivo de propriedade da terra, acabaram por transformar a “*terra prometida*” num drama amazônico. A experiência cooperativista, de acordo com as queixas dos diretores da Coopercana, conflitava com os interesse das empresas de

⁵⁶ Jornal O Estado de Mato Grosso, julho de 1978, p. 7

colonização particular, sobretudo da Indeco.

*“Há, realmente, uma diferença fundamental entre as empresas particulares de colonização e as cooperativas: para elas, o capital é o fim e o homem um simples instrumento; já no sistema cooperativista, nós colocamos o homem como fim e o capital como meio”*⁵⁷

Desta forma, os *espaços de colonização* no norte de Mato Grosso pluralizam-se. São ao mesmo tempo *espaços de procura*, *espaços de confrontos* – quase sempre violentos – mas também *espaços de possibilidades*, sem contornos, sem limites, espaços indefinidos, misturados. Nesta disputa, os eventuais tropeços podem sempre serem atribuídos aos outros e, deste modo, as diversas experiências de ocupação recente da terra no estado de Mato Grosso – colonização oficial, mista, ou particular – reivindicam, cada uma, superioridade sobre a “concorrente”.

A conclusão a que se pode chegar, de início, é que acesso ao “eldorado”, todavia, não estava, de maneira alguma, ao alcance de todos – como sugere o projeto da Indeco, por exemplo. A escolha da localização da gleba Alta Floresta/Paranaíta obedeceu a uma orientação estratégica de ordem geopolítica que se mostrou de enorme eficácia para os objetivos da colonizadora. Depois de considerar várias possibilidades, Ariosto da Riva optou por atravessar o rio Teles Pires e, nos 400 mil hectares desmembrados do município de Aripuanã incorporados ao patrimônio fundiário do Estado que adquiriu em condições excepcionais, deu início à instalação do projeto de colonização que, em pouco mais de cinco anos, daria origem as cidades de Alta Floresta, Paranaíta e, posteriormente, Apicacás.

⁵⁷ Confira TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta – do sul para a Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1993.

⁵⁸ Declaração de Arlindo Vanzin, diretor da Coopercana. Jornal O Estado de São Paulo, 29 de abril de 1979, p. 30



O rio Teles Pires, com mais de 400 metros de largura no ponto que a colonizadora escolheu para localizar seu projeto. A balsa, de sua propriedade, serviu de ponto de triagem dos grupos sociais que se dirigiam para a área de colonização

A escolha do local, acessível apenas pela travessia do Teles Pires, utilizando-se a balsa, de propriedade da Indeco, oferecia a vantagem adicional de possibilitar a triagem seletiva de colonos e, mais tarde, de outros migrantes antes de alcançarem Alta Floresta. Para o núcleo de colonização, a prioridade era dada aos “agricultores vindos do sul que passaram pela escola do Paraná”, com capital suficiente para adquirir os lotes de terra (100 hectares) colocados à venda pela Indeco.⁵⁹ Procurava-se evitar, dessa forma, a entrada de trabalhadores rurais sem terra e capital, procedentes, sobretudo, das várias áreas de conflito e tensão social localizadas em quase todo o Mato Grosso. A estes as empresas de colonização entendiam que cabia ao Estado atender, através dos projetos de

⁵⁹ Pelo Projeto, o colono trabalhava numa espécie de meação por 4 anos. Com a sua parte resultante da produção, poderia adquirir - através de contrato de compra e venda que assegurava a posse mansa e pacífica - um lote e tornar-se proprietário, um dia. Projeto Indeco, cit.

assentamentos – identificados como colonização pública.

1.4 – O monopólio da identidade

“Os homens das zonas pioneiras são animados de um espírito comum. Mas, por entre eles, deve-se discernir tipos sociais distintos, que apareceram à medida que o movimento avançava. Precursores foram alguns, que realizaram obra útil, lançando os germes das regiões pioneiras (...)⁶⁰

“(...) A eficácia e rapidez da iniciativa privada permitirão a solução de inúmeros conflitos sociais oriundos das regiões de minifúndio, permitindo que todos, em pouco tempo, disponham de quantidade elevada de lotes para atender o pequeno agricultor. A livre concorrência e o mercado encarregar-se-ão do preço da terra. (...)” – Projeto Alta Floresta/Paranaíta

“(...) o modo de agir aventureiro dos homens do garimpo foi notado por alguns homens dos dois distritos. O dinheiro fácil, as farras desenfreadas quando alguém conseguia obter um pouco mais de ouro, começaram a influenciar os habitantes, que já não queriam trabalhar, com muitos se aderindo ao garimpo e tudo levando a crer que

⁶⁰ Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de A. e Silva. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984

abandonariam as glebas para se dedicarem apenas àquela atividade”⁶¹

Os executores do projeto Alta Floresta/Paranaíta, tidos por empresários experientes neste tipo de empreendimento, encontraram na oposição mítica construída sobre o norte e o centro-sul, passado e presente, – onde o primeiro é descrito como “sertão”,⁶² espaço da barbárie, do atraso, e o segundo identificado com as imagens que remetem aos conceitos de progresso e desenvolvimento – condições favoráveis para o enraizamento de práticas que consolidam estruturas características dos mandonismos localizados, sobretudo a violência.

Em Alta Floresta Ariosto da Riva, “*estranha mistura de moderno ‘coronel’, bandeirante amazônico e empresário progressista*”⁶³ foi, sem dúvida, expressão da liderança mais destacada, concentrando todos os monopólios legitimados pelos discursos que o identificaram, no período de auge da ditadura militar, como um daqueles que “*a despeito dos impasses políticos e econômicos que levam preocupações com seu futuro, o Brasil conta com homens que nele acreditam e trabalham pelo seu futuro de grande nação*”.⁶⁴ No início da década de 70, quando iniciou sua atuação no Mato Grosso, o projeto de Nação dos militares passava pela integração da Amazônia, identificada no lema *xenófobo* “*integrar para não entregar*”.

À colonização privada foi reservado papel de destaque no que diz respeito ao Mato Grosso amazônico e, homem acostumado a freqüentar os gabinetes do poder,

⁶¹ Jornal Diário de Cuiabá, 15.09.1979, p. 4. “*Alta Floresta não é garimpo*”.

⁶² A criação e as mudanças operadas nas imagens sobre Mato Grosso, descrito como “sertão”, “fronteira”, podem ser conferidas em alguns autores que estudaram e estudam aspectos relacionados a sua ocupação mais recente, tais como: MEIRELLES, Denise Mald. *Guardiões da fronteira*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1990; GALETTI, Lylia G.da S. *De sertão a fronteira: as representações sobre o território de Mato Grosso nos séculos XIX e XX*. Cuiabá, UFMT, 1991 (mimeo); COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayés*. São Paulo, 1999, (mimeo). Tese de Doutorado. A esse respeito, vale a pena conferir artigo de GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “*Território da conquista*”, apresentado na Mesa Redonda por ocasião do XX Simpósio Nacional de História realizado em julho de 1999, em Florianópolis -SC.

Ariosto logo tratou de criar a Indeco – Integração, Desenvolvimento e Colonização, cuja justificativa de criação era “participar da conquista da Amazônia pelos brasileiros”.⁶⁵

As intervenções do Estado na definição de políticas públicas para o setor agrícola no Brasil, na maioria dos casos, foram parte de estratégias que se apresentavam para solucionar graves problemas na estrutura fundiária. Durante a década de 1930, no Estado Novo, o governo Vargas propôs a redefinição das fronteiras da Nação⁶⁶ buscando-se reconfigurar o espaço territorial, de modo a criar, geograficamente, também um “novo Brasil”, inteiramente ocupado e integrado ao projeto de expansão das fronteiras agrícolas nacionais.

Na consolidação da diretriz básica expressa no lema *ocupar para integrar*, o governo de Vargas passou a operar no sentido de buscar uma identidade comum entre os objetivos da política estatal de incorporação de novas terras ao processo de desenvolvimento capitalista no campo e a necessidade de garantir a empatia necessária da nação à sua proposta integracionista. Para garantir o primeiro objetivo, lançou mão de programas de incentivos fiscais e creditícios; o segundo objetivo procurou atingir por meio de um bem articulado aparato político e ideológico.

Ao propor a Marcha para o Oeste, em 1937, Vargas não apenas instrumentalizava a política de ocupação de terras como, de forma mais vigorosa, procurou firmar o conceito de *nação em movimento*, que buscava “ocupar os sertões, os imensos espaços vazios” existentes na região Centro-Oeste. A criação dos “pólos

⁶³ Jornal O Estado de São Paulo, 1 de abril de 1982. Homens que fazem o Brasil – I. “O construtor de cidades na selva”.

⁶⁴ Idem

⁶⁵ O discurso ideológico por trás do projeto estratégico de ocupação da Amazônia proposto pelos governos militares foi estudados por diversos autores, entre eles IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; MARTINS, J. de Souza. *A militarização da quação agrária no Brasil*. Petrópolis, vozes, 1984. Antes, Getúlio Vargas ideologizara a questão da ocupação ao propor a Marcha para o Oeste, estudada por LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá, EdUFMT, 1992

⁶⁶ Getúlio VARGAS. *As diretrizes da nova política nacional*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, s/d.

irradiadores de desenvolvimento econômico”⁶⁷ buscava, segundo o discurso oficial, equipará-la às regiões Sudeste e Centro Sul do país, priorizando a instalação das colônias agrícolas nos estados do Mato Grosso e Goiás; poucas foram aquelas que obtiveram êxito mais significativo, notadamente a de Dourados, no atual Mato Grosso do Sul, e Ceres em Goiás.

O desmonte de quase tudo que pudesse ser identificado com a ditadura do Estado Novo tem início com o próprio Golpe de Estado de 29 de outubro de 1945 e significa os primeiros sinais da tentativa de limitar a atuação do Estado na definição da política econômica e em direção à abertura do país ao capital internacional.

A recondução de Vargas ao poder (1951-1954) marcou uma redefinição do papel do Estado na economia, e o abandono das diretrizes inspiradas pela liberalismo, acentuando-se, neste período, a idéia de emancipação econômica nacional (inclusive no que diz respeito à industrialização do País). Na sucessão de Vargas para Juscelino Kubitschek a política de industrialização se aprofunda, marcando uma mudança significativa em sua ideologia. Enquanto para Vargas a industrialização deveria encurtar o caminho em direção ao capitalismo de tipo nacional, para Juscelino esta somente seria possível através da interdependência e associação.⁶⁸

Esse conflito de orientações político-ideológicas não será resolvido nos governos seguintes, com os problemas econômicos, políticos e sociais se agravando rapidamente, aprofundando as crises internas que o poder público não conseguia debelar. Neste contexto, começa a ocorrer uma maior politização das massas urbanizadas pela industrialização, que se mobiliza nas reivindicações salariais e na cobrança por reformas de base: agrária, tributária, universitária, institucional, entre outras.

⁶⁷ VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política nacional*, cit.

⁶⁸ Ver, Otávio IANNI. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.

O movimento que coloca os militares no poder é herdeiro desta conjuntura. Sobre a questão agrária, a orientação começa a mudar, como resposta às demandas de trabalhadores rurais por terra. Pressionado pelas propostas de reforma agrária, os militares procuraram justificativas para deslocar para novas frentes de expansão econômica na Amazônia os excedentes de trabalhadores rurais, sobretudo do norte e do nordeste que começavam a migrar para os centros urbanos.

Vivendo interna e externamente a conjuntura da Guerra Fria, que via no comunismo a encarnação do seu principal inimigo se armando no campo para promover a reforma agrária, o Estado brasileiro procura oferecer como alternativa a colonização em novas terras na região amazônica; o norte de Mato Grosso se torna, assim, o *locus* privilegiado para a atuação das empresas privadas de colonização, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970. Para combater o comunismo, os militares não se furtaram a práticas violentas.

No período pós-64, os militares operam uma reorientação na política de ocupação de terras, que se torna instrumento para a integração territorial e ampliação da fronteira agrícola nacional pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo; as atenções dos planejadores do Estado se volta m para a região amazônica, buscando a ocupação de seus "imensos vazios". Pretendeu-se com isto, criar uma espécie de "válvula de escape", deslocando milhares de "homens sem terras para terras sem homens", na tentativa de diminuir o clima de conflito e tensão social nas áreas de ocupação agrícola mais antigas; especialmente no Sul do país.

Diante da imperiosa necessidade de atrair novos parceiros para seu projeto político, o Estado buscou apoio na iniciativa privada, oferecendo em troca significativas isenções de impostos e incentivos fiscais. A implantação de programas destinados a promover o desenvolvimento e o progresso da região, como o Polonoroeste, exemplifica

a vontade política do governo em beneficiar a iniciativa privada. Mato Grosso não tarda em aderir a esta orientação, promovendo a reintegração ao patrimônio fundiário do Estado toda a terra que pudesse ser retomada nas áreas de litígio ou naquelas que abrigassem posseiros sem título de propriedade ou ocupantes de alguma forma irregulares, visando disponibilizá-las aos pretendentes à sua aquisição por compra, supostamente por meio de concorrência pública.⁶⁹

Estava, assim, aberto o mercado de terras em Mato Grosso para as empresas privadas de colonização já criadas com esta intenção. Restava selecionar e convencer os agricultores – pequenos proprietários de terras nos estados do Sul do país com algum potencial de investimento (leia-se capital disponível) a ser aplicado no Norte, e experiência na abertura de novas frentes de expansão agrícola; os mesmos que anteriormente haviam aberto e investido na frente paranaense – das vantagens de venderem seus pequenos lotes, já em franco processo de minifundização, e a se deslocarem para o interior da “temida selva amazônica”. No projeto colonizador, pela sua própria especificidade, estes eram os únicos com a experiência necessária e em condições de vencer a natureza hostil, viabilizando o sucesso da empresa colonizadora.⁷⁰

⁶⁹ Para isto o Governo do Estado criou leis específicas, como a Lei nº. 3.307 de 18/12/72, que reserva e transfere à CODEMAT as terras devolutas situadas no município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã e os aldeamentos permanentes de índios, acaso existentes e dá outras providências (D.O.E. 26/12/72) APEMT, Cuiabá-MT; a Lei nº. 6.383 de 07 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, e dá outras providências; Lei nº. 3.922 de 20/09/77. Dispõe sobre o Código de Terras do Estado (D.O.E. 12/02/78) APEMT, Cuiabá-MT. Lei nº 4.003 de 29/06/78. Autoriza o Poder Executivo a permutar terras integrantes do Patrimônio do Estado e dá outras providências (D.O.E. 2809/78) APEMT, Cuiabá-MT. Lei nº. 4.368 de 19/10/81. Autoriza a prorrogação do prazo de execução física e financeira dos projetos de Colonização cujas áreas foram alienadas com base na Lei nº. 3.307, de 18/12/72 e na regulamentação oferecida pelo Decreto nº. 1.490 de 30/05/73 (áreas totalizando 1.400.000 ha., alienadas no município de Aripuanã (D.O.E. 19/10/81) APEMT, Cuiabá-MT

⁷⁰ Existem estudos sobre a colonização particular no norte de Mato Grosso que inovam na abordagem por utilizarem fontes que possibilitam privilegiar recortes temáticos específicos. Dentre os mais significativos podemos citar FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986; OLIVEIRA, João Mariano de. *A esperança vai na frente: o caso SINOP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1983; GUIMARÃES NETO, Regina

A estratégia de mobilização de mão-de-obra para a colonização, os trabalhadores desmobilizados por outras frentes de trabalho, as políticas públicas visando incentivar a mineração na Amazônia, acabou reunindo em Alta Floresta um formidável contingente de trabalhadores pobres, desde o início marginalizados no *espaço da colonização*. O trabalhador que a Indeco havia definido como ideal para a ocupação de suas terras era o colono do sul, com capital e experiência para o cultivo de culturas perenes. Com a descoberta de ouro nas proximidades, encontraram nos garimpos a oportunidade de “se fazer no Mato Grosso”.

Estes trabalhadores foram genericamente identificados como garimpeiros, categoria que na Amazônia tendeu a homogenizar uma população heterogênea, portadora de valores, práticas e culturas diversificadas. Percebe-se nos documentos, a existência de um discurso que vai, aos poucos, reunindo naqueles que não preenchiam as exigências da Indeco um conjunto de características que o discurso da *terra do trabalho* excluiu. O jogo de imagens invertidas estigmatiza, sempre em oposição aos trabalhadores que a colonização priorizou, *o outro da relação*: o não-colono.

Como o que realmente estava em jogo na região era o controle privado da terra – gerador dos conflitos sociais entre trabalhadores pobres deslocados para a Amazônia em geral e aqueles que detinham sobre ela o monopólio legitimado pelo direito de propriedade – procurou-se enfeixar nos garimpeiros elementos que os identificariam como opositores àqueles cujas características qualificavam para a construção do *espaço da colonização*, obra que traria o progresso e o desenvolvimento para o norte de Mato Grosso: os colonos.

No discurso dos colonizadores, os garimpeiros são descritos como séria ameaça à terra dos colonos, à segurança de suas famílias, à paz da comunidade alta-florestense. A prática discursiva engendrou a violência e, por extensão, a ação repressiva que, na memória social da cidade ficou conhecida como “a taca” e a revista ISTOÉ chamou de “dia da vitória” dos colonos, “(...) *que os pacíficos agricultores se armaram de coragem, paus e pedras, e enfrentaram os temidos garimpeiros nas ruas*”.⁷¹ Naquela tarde de 8 de setembro de 1979, depois de se reunirem com o chefe político local, “os pacatos agricultores”, assumiram o discurso do colonizador e se dirigiram à praça central da cidade gritando palavras de ordem como: “queremos paz para nossas famílias”, “queremos trabalhar”, “queremos viver em paz”.

Antes que os garimpeiros apareçam como “vítimas inocentes” da colonização, o que não é a intenção deste trabalho, é importante ressaltar que se criou em Alta Floresta um clima propício à violência. Ao definir a identidade dos trabalhadores que ficaram à margem do espaço da colonização, violentamente oposta àqueles escolhidos e beneficiados pela opção dos colonizadores, estabeleceu-se campos de luta opostos que tornou possível “pacatos colonos” espancarem outros trabalhadores em praça pública legitimamente.

A violência que se seguiu e que aparece nos depoimentos dos moradores, dos próprios garimpeiros, dos colonizadores, tornou-se possível porque existiu um discurso legitimador da violência; um discurso que criou uma categoria social somente possível de existir naquele ambiente, dadas as características que possuía neste período. Uma categoria social nova – o garimpeiro – moderna, que, com os elementos que se criou para identificá-la, somente poderia existir ali em Alta Floresta, surgida da relação com a colonização.

⁷¹ Jornal O Estado de São Paulo, 01.04.1981

O surgimento desta categoria atendia à necessidade da colonização fazer frente a um problema social também novo, inesperado, desconhecido e para o qual os colonizadores tiveram que encontrar mecanismos, também ainda inexistentes, para neutralizar, quando a situação representou uma ameaça ao controle do estoque de terra e mão-de-obra. Homens rudes, portadores de uma cultura diferente do colono, “*violento, promíscuo e temíveis, que não respeitam a propriedade particular*”, os garimpeiros foram tornados indignos de compartilhar do mesmo espaço que “*aqueles que realmente querem trabalhar*”.

Deste tipo de discurso, emerge a manipulação de signos, que na luta das definições passam a estigmatizar o outro na relação construída – numa espacialidade de início definida para receber colonos. Objetivando-se desqualificá-los para tornar os homens e mulheres dos garimpos, elementos indignos de permanência naquele espaço “*construído por e para pioneiros*”. Desde logo, se procura firmar o mito de que o garimpeiro é “*aquele que não preza a terra, a família, e não cria nada de útil*”.

Construção necessária, no entanto, na medida em que, existem exemplos de alguns casos de inversão de capitais oriundos dos garimpos na aquisição de terras, assustando os colonizadores temerosos de perderem o controle do estoque disponível. Contudo, o que a maioria buscava nos garimpos era “independência econômica”, o enriquecimento rápido, que a simples posse da terra não podia garantir. No que diz respeito às relações sociais e familiares, o nomadismo daqueles que se dedicam aos garimpos relaciona-se com a “morte sociológica” representada pelo retorno ao grupo daqueles que não conseguem “enricar”. Preferem perambular de garimpo em garimpo, sempre na esperança de “bamburrar”.

Na disputa pela identidade legítima – econômica, jurídica e socialmente aceita – para espacialidade que, no extremo norte do Mato Grosso era da colonização, caberia

aos colonizadores o monopólio da definição. Entre aqueles grupos sociais que vinham de uma tradição de disciplina no trabalho com a terra – portadores de identidade anteriormente definida, cristalizada pela experiência em outras frentes de colonização – e uma massa de migrantes para quem na região restou apenas a alternativa de arriscar a sorte nos garimpos e para os quais foi definida uma identidade comum – *garimpeiros* – a colonizadora escolheu o “*povo ordeiro e trabalhador*” vindo do sul. Outros grupos a Indeco procurou expurgar da área do projeto Alta Floresta/Paranaíta.

Desta forma, os colonizadores buscaram colar nos garimpeiros a imagem de indivíduos que têm na violência sua prática cotidiana mais comum, criadores de espacialidades onde o clima sem lei impera. Este clima teria “*assustado os colonos que queriam largar tudo e voltar*”. O mesmo discurso da violência, então, que forjou sua identidade social em Alta Floresta, justificaria a prática da violência que se voltou contra os garimpeiros, o que possibilitou a mobilização das forças da repressão que, em Alta Floresta primeiro, Paranaíta depois “*(...) Baniram sistematicamente os lances brutais, que desfiguraram os primeiros dias de Alta Floresta*”.⁷²

⁷² João Carlos Vicente FERREIRA. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá, Secretaria de Estado da Cultura, 1997, p. 236. Obra ricamente ilustrada, contendo 668 páginas, fartamente distribuída nas escolas de Mato Grosso, destinada a servir de manual nas escolas públicas do Estado.

Capítulo 2 – O espaço da colonização e as práticas de violência

2.1 – “Alta Floresta não é garimpo”

A extensa região que mais tarde viria a ser os atuais territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi quase inteiramente percorrida pelos bandeirantes em expedições de preamento de índios para as lavouras paulistas. A partir de 1719 a bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro às margens do rio Coxipó, afluente do Cuiabá. Os bandeirantes deram uma pequena trégua aos indígenas, dedicaram-se à cata do ouro de aluvião encontrado no leito do rio, iniciando a fixação do povoamento.⁷³ Desta forma, os garimpos – do ouro e diamantes – passaram a fazer parte integrante da história de Mato Grosso e, mais de dois séculos e meio depois, contribui decisivamente para a ocupação e povoamento em direção ao norte.

Diferente do que se pode chamar de ciclo colonial da exploração do ouro em Mato Grosso, os garimpos no norte do estado não surgem e se desenvolvem ao acaso. O preço do ouro no mercado internacional apresentava escalada ascendente na década de 1970,⁷⁴ o que teria provocado verdadeira “corrida do ouro na Amazônia”.⁷⁵ Em 1978 a onça-troy (31,103486g) já valia US\$ 403,98 e mais que duplicou em 1980, atingindo US\$ 892,83, o que motivou o governo a investir em pesquisas e a incentivar a extração de ouro na região amazônica. Com a notícia das descobertas em 1966 às margens do rio Juruena, instalam-se os primeiros garimpos na região norte. A partir do

⁷³ Ver, dentre outros, Luiza Rios Ricci VOLPATO. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil - 1719/1819*. São Paulo, HUCITEC, 1987.

⁷⁴ “A marcha do ouro rumo aos US\$ 500”. *ISTOÉ*, 19 de dezembro de 1979, pág. 102

⁷⁵ Jocy Gonçalo de MIRANDA. *A produção de ouro no Estado de Mato Grosso*. Campinas, UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado

Juruena, novas áreas vão sendo descobertas e, em 1978, o *espaço da colonização*⁷⁶ é também ocupado por garimpeiros que iniciam a exploração de aluviões em Novo Planeta e, em seguida, Novo Satélite e Novo Astro, distantes aproximadamente 200km de Juruena e 250km de Alta Floresta. Pouco tempo depois, em 1979, os garimpeiros estão muito mais próximos da cidade, onde surgiram os garimpos de Jaú, Zé Vermelho, Zé da Onça, responsáveis diretos pela expansão das áreas de exploração aurífera manual no norte mato-grossense. (ver mapa da mineração em anexo)

O conflito com a colonização, tornou-se, então, praticamente inevitável, na exata medida em que aquele espaço foi descrito e construído para receber pessoas que para lá se dirigiram pensando no futuro, na família e na construção da sociedade do trabalho, cujos agricultores deveriam ser somente sulistas ou, na sua definição:

*“O paranaense que veio para cá – eu vou falar paranaense mas é o paranaense, o gaúcho, o paulista -, é todo este povo que passou pela escola agrícola do Paraná, veio para cá pensando no amanhã. Aqui todo mundo só pensa em trabalho, trabalho, trabalho (...)*⁷⁷

Possuidor do monopólio da definição legítima, o colonizador condenou os garimpos, identificando-os como um espaço antagônico ao da colonização. Para estes os locais de garimpagem seriam marcados pela promiscuidade, violência, depravação. Teriam invadido violentamente o espaço do “povo pacífico, ordeiro e trabalhador”:

Chegou a haver oito, dez mil garimpeiros que quiseram dominar a cidade, implantar bordel, cabaré, no meio das famílias. O pessoal queria ir embora. Queria todo mundo

⁷⁷ “Ariosto da Riva: o imperador do Nortão”. Revista CONTATO n°. 65. Cuiabá, 15/05/86, p. 10

*voltar (...)*⁷⁸

Em Alta Floresta, deste modo, a violência contra o garimpeiro começa logo quando surgem, aos milhares, atraídos pela notícia da existência de ouro nas proximidades da cidade. A violência aparece na ação prática de um discurso justificador da interdição da sua permanência naquele espaço. Possuidor de práticas culturais diferentes do colono, o garimpeiro é apresentado como não tendo apego à terra nem à família:

*“O garimpeiro, por ser um indivíduo rude, ignorante e que vivia à maneira dele lá no mato, provocou um choque com o pessoal da cidade; mas a maneira de ser do garimpeiro era aquela”*⁷⁹

*“(...) O agricultor preza a terra, a família, e quer erguer uma Igreja a cada esquina. O garimpeiro despreza a terra – dela só quer explorar o lucro imediato do ouro –, anda desgarrado da família e prefere um bordel a cada esquina”*⁸⁰

Depois de elaborada sua identidade como homens turbulentos, de hábitos e costumes impróprios para o local, a colonizadora Indeco prepara os primeiros lances da estratégia de mantê-los distantes do seu espaço. A prática discursiva organiza a ação e arregimenta as forças de oposição. Sentindo-se ameaçados, convencidos pelo discurso do perigo representado pelos garimpeiros para a consolidação de Alta Floresta, representada como lugar onde inexistia contradições e conflitos sociais, porque

“No começo o pessoal era bastante ordeiro. Vinham para cá gente destinada ao trabalho. Havia quase uma seleção de

⁷⁸ Idem

⁷⁹ Depoimento de Guairacá Correa Gabriel, na época engenheiro agrônomo da CEPLAC em Alta Floresta, ouvido em março de 1982

⁸⁰ O Estado de São Paulo, 01.04.1981. “*Em Alta Floresta uma história de ouro e sangue*”

peças. Houve umas brigas, até morte; mas eram fatos ocasionais e individuais; não abrangia famílias, não havia divisão, grupos ou classes”⁸¹

A quebra da harmonia pretendida, o estabelecimento de campos de luta onde inexistia divisão social, favoreceu a mobilização de grupos de colonos que, após reunião com Ariosto da Riva no secador de silos da Indeco, reagiram com violência.

Em Alta Floresta a “taca” foi, inicialmente, resultado da reação violenta da colonização contra a presença de trabalhadores pobres que, deslocados para a Amazônia em busca de trabalho, vislumbraram nos garimpos a possibilidade de enriquecer. Depois tornou-se mecanismo de controle do espaço e do patrimônio da colonizadora. A expressão “olha a taca!” passou a ser jocosamente usada sempre que alguém cometia algum ato que pudesse de alguma forma contrariar seus interesses. Passou a constituir-se em elemento de repressão que tomou conta do imaginário da cidade.

A perturbação da “harmonia do planejamento da colonização” na região de Alta Floresta, indicam as fontes pesquisadas, teria desencadeado um estilo violento de se resolver os conflitos entre diferentes agentes presentes neste espaço. No final de 1979 desencadeou-se a operação repressiva denominada de “taca”, termo que na região passou a ser sinônimo de surra, espancamento, violência pura. A intenção era expulsar os garimpeiros e outros grupos, deixando as terras para os pequenos, médios e grandes produtores, além das empresas de mineração em condição de explorar empresarialmente o ouro existente na região e controlar a disponibilidade de mão-de-obra.

A expulsão de dezenas de garimpeiros, em trânsito pela cidade para participar de manifestações em que reivindicavam a liberdade de exercício para sua atividade na região, e junto com eles algumas prostitutas, foi descrita como a “vitória dos colonos”. A Revista ISTOÉ revela que

⁸¹ Maria de Lourdes Piccoli, depoimento a Blásio Germano Schmitz, em

*“em Alta Floresta muita gente ainda cita o dia 11 de setembro de 1979 como o dia da vitória. Nesta data os colonos, usando facões e enxadas expulsaram centenas de garimpeiros, e com eles algumas prostitutas. Apesar desta vitória, o garimpo se manteve inarredável”*⁸²

Testemunha dos acontecimentos, o comerciante catarinense Irineu Feldemberg antecipa em dois dias a data do confronto:

*“O deputado Paulo Nogueira do PMDB inventou de vir fazer um comício, uma declaração de apoio para os garimpeiros. Vinha aí com a cogitação de liberar o garimpo e não sei mais o quê. No dia 8/9/79, na frente da churrascaria Rocha foi preparado o palanque para ele discursar. Naquele tempo também funcionava a minha churrascaria. Foi o dia em que fiz mais movimento em todo o tempo em que ela funcionava. Dei cerca de 400 a 500 refeições naquele dia. Sei que lá pelas nove horas começou o “forró” da turma; começou o tal da “taca”. Foi aquela corre corre, prende daqui, prende dali; cacetada de cá e cacetada de lá...”*⁸³

Para Germano Blásio Schmitz o confronto envolvendo colonos e garimpeiros em Alta Floresta “foi no dia 8 de setembro de 1979”

“(…) quando o deputado Paulo Nogueira armava comício e concentração de garimpeiros no centro da cidade – dizem que ele queria transformar Alta Floresta em uma nova

⁸² “A última aventura”. Reportagem especial da Revista ISTOÉ, ed., 22/04/1981

⁸³ Depoimento de Irineu Feldemberg. Alta Floresta, abril de 1982

Itaituba, a Capital do ouro – que os pacíficos agricultores se armaram de coragem, paus e pedras, e enfrentaram os temidos garimpeiros nas ruas”⁸⁴

Tendo ocorrido em 8 ou 10 de setembro, não faz muita diferença. Importa mesmo é que esta operação repressiva identifica nos garimpeiros uma ameaça que precisa ser banida. O discurso que a engendrou, reelaborado, faz recrudescer a violência que, novamente mobilizada, ganha maior intensidade e gera a tragédia que se seguiu na tentativa de expulsão dos garimpos de Paranaíta: arbitrariedades, torturas, talvez mortes, instaurando, a partir daí, práticas de violência cotidiana que geraram tensão, medo.

“Descobertos” nos anos finais da década de 1970, nas proximidades alguns núcleos de colonização, as áreas de mineração tiveram grande importância também para a permanência dos grupos sociais que afluíram em direção à Amazônia por oferecer-lhes uma alternativa econômica, mantendo a esperança de “se fazer no Mato Grosso” quando a colonização deixou de representar, para parte destes grupos, alguma possibilidade concreta de “um futuro melhor”.

A colonização privada do norte de Mato Grosso procurou atrair trabalhadores rurais para seus projetos concentrando sua atuação preferencialmente nos estados do extremo Sul. Espalhando escritórios e corretores nas principais cidades do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, visaram selecionar os trabalhadores que melhor atendiam aos seus interesses, isto é, agricultores com experiência no manejo das culturas do café e que poderiam dispor de um pequeno capital capaz de enfrentar o período inicial de implantação dos projetos.

Ao fazer sua propaganda utilizando-se largamente de imagens que aproximavam o Mato Grosso amazônico do conceito mítico do “eldorado”, – onde a terra é fértil e

⁸⁴ “*Em Alta Floresta, uma história de ouro e sangue*”. Jornal O Estado de São Paulo, 1 de abril de 1981

abundante, sem pragas nem geada – imagem que constituía um forte apelo para os agricultores que enfrentavam constantes perdas de produção, sobretudo do café. Além do fato de se encontrarem pressionados pela diminuição da oferta do estoque de terras para pequenos produtores. A colonização atraiu muito mais gente do que se esperava, não podendo evitar o afluxo de outros migrantes e não somente os agricultores dos estados do sul “que passaram pela escola do Paraná”. Uma vez acionada a mobilização da força de trabalho, diversos tipos de trabalhadores se reespecializam pela região norte à procura de colocação no mercado de mão-de-obra e em busca de terra.

Mesmo os colonos, que foram convencidos de que vendendo seus minifúndios poderiam adquirir muita terra no Mato Grosso, logo perceberam que, como nos primeiros tempos da abertura da frente paranaense, precisariam dispor de uma atividade que garantisse a espera das primeiras colheitas; apenas o capital que conseguiram trazer não seria suficiente. Não foram poucos os colonos que encontraram nos garimpos, ou nas atividades voltadas para o atendimento de suas necessidades, a saída para permanecerem na região de Alta Floresta, perambulando de um lugar a outro ao sabor da “fofoca”.⁸⁵

Muito rapidamente proliferaram os locais de garimpagem nas proximidades dos projetos de colonização. Em 1981 eram centenas deles, espalhados pelo interior das matas, nas margens dos grandes e pequenos rios, córregos e ribeirões e, logo, nos próprios lotes voltados para a colonização. Em levantamento realizado em 1988, o Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Mato Grosso chegou a listar mais de meia centena (57) “garimpos de Alta Floresta” e quase uma centena (72) “garimpos de Apiacás”. Em Paranaíta existiram dezenas de outros. Um emaranhado de caminhos e rotas – aéreas ou terrestres – que denunciam a passagem de milhares de trabalhadores

⁸⁵ “Fofoca”, na gíria dos garimpos, é o termo utilizado quando se tem notícia de uma nova área onde se encontrou ouro.

perseguindo o sonho de escapar da pobreza guiados pelo brilho do precioso metal dourado.

Trabalhadores pobres, de todos os cantos do país, norte, nordeste, sul, com pouca qualificação, sem identidade definida, migraram para a Amazônia deixando para trás a família, os parentes, os amigos, na esperança de “acertar um veio, fazer fortuna e independência”⁸⁶. Enquanto ela não chega, vão ficando, mudando de um canto para o outro, como o pernambucano Arlindo José da Silva, que percorreu vários garimpos até parar no garimpo Satélite.⁸⁷ Nômades, ao penetrar no *espaço da colonização* causaram estranhamento e foram expulsos, até porque suas práticas e relações de produção, seus valores e cultura, possibilitavam que pudessem escapar mais facilmente aos mecanismos de controle e vigilância impostos aos colonos. Para homens e mulheres acostumados a se deslocarem constantemente, que não se submetiam a regras de controle da produção e comercialização de seus resultados, e escapavam mais facilmente as disciplinas impostas externamente, os colonizadores precisaram criar novas formas de lidar com este “outro”.

Preferiam, por exemplo, os garimpos de Paranaíta. Ali os garimpeiros têm regras próprias de comportamento, de negócios, de vivência. Práticas que escapavam ao controle que se pretendeu impor sobre a atividade garimpeira.

“É como se fosse uma terra sem governo. Cada um tem o direito de, pela força ou pela inteligência vir a ditar a sua própria norma. As barracas de moradia são provisórias, como provisória será a morada dos seus donos: uma lona,

⁸⁶ Depoimento de Alcindo Félix da Silva, para a reportagem fotográfica de Aldenor Ramalho. Texto de Weller Marcos. Revista O POLICIAL n°. 5, julho de 1980

⁸⁷ Revista O POLICIAL, cit., pág. 40

*alguns troncos de árvores para amarrá-la e eis a casa. A comida feita ao relento e, no meio da mata uma mesa de troncos, vasilhas espalhadas sobre ela (...) em meio a tudo uma balança para pesar o ouro (...)*⁸⁸

Enquanto se pôde, utilizando-se de instrumentos rudimentares, explorar o ouro de aluvião encontrado em Paranaíta, garimpo considerado livre, homens cuja identidade era definida apenas pela sua suposta origem – tratados de “o Ceará”, “o Pernambucano”, “o Goiano”, “o Mineiro” ou “o Baiano” – foram vistos como ameaça, que precisava ser afastada.

Assim, quando foi encontrado ouro às margens do rio Teles Pires, a colonizadora Indeco procurou manter os garimpeiros longe do *espaço da colonização*. Aproveitou o período de chuvas, quando a extração do ouro depositado às margens dos rios e córregos ficava impraticável, para procurar conter a “invasão inevitável”. Ariosto da Riva chamou Benedito Vieira da Silva e delegou a ele a responsabilidade de cuidar dos garimpos. Homem de confiança de Ariosto, Benedito Vieira apressou-se em construir a infra-estrutura para organizar os garimpos. Um barracão para servir de escritório e uma filial da boate Saramandaia⁸⁹, foram construídos com material levados de helicóptero. Depois de tudo providenciado, o colonizador

*“(...) anunciou aos garimpeiros recém-chegados que abriria mão de qualquer lucro no garimpo desde que eles não se metessem em terras de colonos”*⁹⁰

medida que se revelou inútil porque, seis meses depois

⁸⁸ MARCOS, Weller, RAMALHO, Aldenor. “O ouro é uma febre que já enriqueceu muita gente”. Revista O POLICIAL, agosto de 1980, p. 40.

⁸⁹ A matriz foi montada em Alta Floresta com permissão de Ariosto da Riva, segundo um dos seus acionistas na época, para ser a “primeira casa de diversões de Alta Floresta (...) Como o pessoal vinha sem família, procuravam a Saramandaia nas horas de folga”. Depoimento de Francisco Murilo Pinheiro a Germano B. Schmitz. Alta Floresta abril de 1983.

⁹⁰ Núnzio BRIGUGLIO e João BITAR. “A última aventura”. Separata Revista ISTOÉ, 24.04.1981

“houve a invasão das terras dos colonos por um grupo de garimpeiros originários de Itaituba no Pará. Calcula-se que 15 mil garimpeiros chegaram a trabalhar na área de Alta Floresta, fazendo nascer duas cidades, Novo Planeta e Novo Satélite”⁹¹

2.2 – A terra para poucos escolhidos

A sede do município, no início do ano de 1979, foi tomada por pessoas oriundas de diversas partes do país, mudando radicalmente o perfil da população urbana do ainda distrito de Aripuanã. Apesar da tentativa da Indeco de bloquear o acesso à área de colonização, através da balsa que garantia a travessia do rio Teles Pires de sua propriedade, a todo visitante que não pudesse comprovar a finalidade de sua viagem a Alta Floresta. Entretanto, de avião, pelo rio, pelo meio do mato, eles continuavam chegando.

O professor Benjamim Pádua, responsável pela instalação das escolas rurais, afirma que o ano de 1979 foi o mais crítico da história de Alta Floresta: *“O ouro fascinava e aterrorizava. Todos se corrompiam”*.⁹² Diretamente envolvido e entusiasmado pelo projeto de colonização, identificava-se com o discurso do colonizador e participava do esforço para afirmar que aquele era o *espaço da colonização* e os garimpos uma ameaça para sua consolidação.

O próprio Ariosto da Riva, além de ir pessoalmente para a estrada segurar os colonos que pretendiam voltar para seus locais de origem, de posse de um discurso que legitimava a “limpeza étnica” que iria realizar, procurou mobilizar a população para se

⁹¹ Especial Revista ISTOÉ, cit.

⁹² Idem

livrar de todos que não se enquadravam nos padrões de trabalhadores definidos como ideais para a colonização na região de Alta Floresta. Segundo a versão oficial, não se contava com o ouro nem com a corrida que ele desencadearia e, no ano de 1980, o então município

“Foi invadido por milhares de homens atrás do precioso metal. Eram brasileiros de todas as latitudes, raças e etc. E como onde vai os garimpeiros vão as prostitutas, em pouco tempo não se parecia em nada com aquela cidade colonizada por agricultores, vindos do Paraná. Negros, mulatos, mestiços de toda espécie escureciam um pouco a branca realidade”⁹³

Negros, mulatos, mestiços, identificados como *nordestinos*, não tinham lugar na “branca realidade” do lugar. Muito menos as prostitutas, que foram expulsas, primeiro, do “meio das famílias”. O próprio Ariosto da Riva reconhece, em entrevista ao repórter Paulo Barros, que agiu com dureza, que chegou a expulsar, num dia, seis ônibus lotados de “mulheres de vida fácil”. Reconhece que proibiu a entrada no município de gente vinda do Pará, sobretudo de Itaituba, e do Maranhão.

“Eu cheguei a proibir isso. Exatamente porque do Pará vinham estes garimpeiros. Não sei se você conhece Itaituba? Itaituba tem uma casa de família, um cabaré, um vendedor de maconha, depois uma casa de família. É uma degradação. Se há um lugar onde se deveria jogar uma bomba atômica, este lugar é Itaituba. É um pecado. E eles queriam fazer disto aqui uma Itaituba”⁹⁴

⁹³ Revista CONTATO n°. 65. Cuiabá, 15/05/86, p. 24

⁹⁴ “O imperador do Norão”. Revista CONTATO, cit., p. 11

Paranaenses, ao contrário, eram sempre bem vindos, tinham trânsito livre e “nêlhês perguntavam sobre o passado de cada um”. Catarinenses e gaúchos também, mas não tanto.

Ao afirmar que “Alta Floresta não é garimpo”, mas “*fruto do trabalho de milhares de pessoas que vieram de todas as partes do Brasil para promover o desenvolvimento do norte de Mato Grosso*”,⁹⁵ um “espaço criado para e pelos agricultores”, os colonizadores procediam à classificação que lhe interessava para, de imediato, excluir a possibilidade de outras estratégias de ocupação daquele espaço.

Desta forma, introduz, violentamente, uma “*luta de classificações que é a luta pela definição da identidade*”⁹⁶ dos agentes sociais, legitimando a um só tempo o direito à permanência de uns e a repressão a outros. Assim ficava, desde logo, estabelecido aqueles que poderiam ou não alí entrar e permanecer, enquanto se procurava assegurar práticas que garantissem a integridade da área de colonização. Durante mais de dois anos, a colonizadora fez a triagem da entrada de migrantes através da balsa de sua propriedade e somente permitia a passagem daqueles que pudessem comprovar a finalidade de sua viagem a Alta Floresta.

Em 1979, os jornais da Capital publicaram várias reportagens trazendo denúncias de agressões violentas em Alta Floresta. Um deles, Valdir Pereira Paim afirmou que a Polícia Militar

*“monta guarda diuturnamente na balsa que permite acesso às terras de Paranaíta e aqueles que chegam são impedidos de entrar”*⁹⁷

⁹⁵ “Alta Floresta não é garimpo”. Jornal Diário de Cuiabá, 15/09/1979, p. 4

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2000 – 3ª. ed

⁹⁷ Jornal Diário de Cuiabá, 29 de agosto de 1979, p. 5

Este procedimento de seleção durou mais de dois anos na região de Alta Floresta. Proprietária da única balsa disponível para a travessia do rio Teles Pires – que na época media mais de quatrocentos metros de largura, no ponto em que chegava a estrada de acesso à sede do projeto – a colonizadora não admitia a travessia daqueles que não se enquadravam nas exigências do projeto. Segundo declarações de pessoas que passaram por esta experiência, os paranaenses, catarinenses e paulistas, eram aceitos quase sem restrições, enquanto que os gaúchos encontravam às vezes alguma dificuldade para atravessar pela balsa. Aos *nordestinos* aconselhavam dar meia volta, principalmente se estivessem vindo de Itaituba, no Pará, cerceando-lhes violentamente o direito constitucional de ir e vir dentro do território nacional.

Este fato, por si, demonstra o caráter autoritário da colonizadora Indeco, ao ficar caracterizada a tentativa de se proceder a uma verdadeira “limpeza étnica” no *espaço da colonização*, expurgando-o de trabalhadores mais pobres, que classificou como sendo perigosos, indesejáveis.

Os *nordestinos*, na perspectiva de Ariosto da Riva, eram todos garimpeiros, atividade que não queria ver desenvolvida no espaço da colonização. A Indeco, na tentativa de evitar a entrada de garimpeiros, colocou diversas placas nas proximidades do rio Teles Pires e na área de sua propriedade, alertando para a proibição da garimpagem. Os ônibus que chegavam até a balsa tinham todos os seus passageiros revistados, os dados da carteira de identidade anotados por um soldado, tendo o viajante que provar os motivos de sua viagem a Alta Floresta. Também não se permitia a travessia de animais domésticos, mudas de árvores frutíferas, frutas cítricas. Esta arbitrariedade, violência contra o direito de circulação dentro do território nacional, somente foi suspensa em 1981, quando o acirramento dos conflitos sociais no interior do *espaço da colonização* conseguiu a mobilização de forças de oposição à existência

desta espécie de *Estado dentro do Estado*, obrigando a colonizadora a um primeiro recuo.

A obra colonizatória de Ariosto da Riva, em Alta Floresta, pode ser percebida, na construção do *espaço da colonização*, como atravessada, em toda a sua arquitetura, de relações contraditórias e violentas, sobretudo pelo autoritarismo de seus executores ao lidar com a diversidade, com a multiplicidade de práticas e representações trazidas pelos diferentes segmentos sociais atraídos para a região e que, no final das contas, escaparam ao planejamento e reconstruíram, ao seu modo, a história da ocupação do norte mato-grossense.

O que sobressai mais fortemente, quando olhada da perspectiva dos anos de consolidação do *espaço da colonização*, são as arbitrariedades praticadas e que tiveram como alvo principal os grupos sociais que no ambiente amazônico em geral, no norte de Mato Grosso em particular, se dedicaram à atividade artesanal da garimpagem.

Diferentes foram as práticas de violência contra garimpeiros, tanto na cidade – como a “taca” – quanto, de forma mais radicalizada, no interior dos garimpos. Ao sentirem a possibilidade de ter a terra “invadida”, aqueles que detinham o monopólio do espaço não hesitaram em lançar mão de práticas violentas para garantir o controle do mercado de terra sob sua propriedade e expulsar o “invasor” e se “(...) Era para tirar vamos tirar na marra”.⁹⁸

⁹⁸ Trecho do depoimento de Edson Santos, prefeito eleito de Alta Floresta em 1982. Depoimento concedido a Blásio G. Schmitz em novembro de 1981.

2.3 – Os donos do poder e da terra

“(…)Há coisas que, vou ser sincero, omito por ter vergonha de falar. Porque fatos como os que ele praticou, julgo que se fosse em outro país, ele já não estaria mais vivo”⁹⁹

O recurso à violência, a prática de torturas, sevícias, espancamentos e, em algumas falas, até mesmo muitas mortes – frequentes no Brasil, no mesmo período – salta da documentação localizada sobre os anos de consolidação de Alta Floresta como município autônomo e independente no norte de Mato Grosso. Tudo indica que foram largamente utilizados no combate aos garimpeiros, na tentativa de desmontagem dos garimpos indesejáveis e na expulsão de seus personagens para fora do *espaço da colonização*.

Inscrita no quadro mais geral da proposta de ocupação da Amazônia, projeto político do governo militar, a colonização move-se neste marco espaço-temporal, sendo forçoso identificar nela características do regime e do clima político vigente no país. Assim, os colonizadores foram parceiros dos militares na execução do “plano de ocupação” e estabelecimento de povoações estáveis neste espaço, descrito quase “despovoado, um enorme vazio demográfico”. Toda a logística de seleção e assentamento de colonos ficou a cargo das empresas particulares de colonização, que levaram para a área quem julgavam melhor adequados aos objetivos propostos. Escolheram os locais e os trabalhadores, planejaram a arquitetura, e definiram o tempo da sua construção. O plano de colonizaçãp tinha que dar certo a qualquer custo e não ser prejudicado por obstáculos não previstos.

⁹⁹ Depoimento de Antônio Nunes Severo Gomes – topógrafo encarregado da demarcação da área do projeto Alta Floresta/Paranaíta, responsabilizando o delegado encarregado da operação realizada em Paranaítao pelos abusos cometidos contra os garimpeiros. Ouvido por Blásio Germano Schmitz em 1982

Proprietária da terra, a colonização tinha no seu espaço a legitimidade do direito amparando seus atos, na luta contra o inimigo que ameaçava a realização de sua “missão patriótica” de atender ao chamamento das forças do povo e participar da

*“conquista da Amazônia, que está aí como desafio às forças da nacionalidade. Partindo do consenso de que a Amazônia há de ser conquistada pelos brasileiros” (...) “a saga amazonense constitui um chamamento para que as forças do povo venham somar sua missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de sua presença nessa imensa paragem de seu território brasileiro”.*¹⁰⁰

Pareceu aos colonizadores, a princípio, que os garimpos poderiam ameaçar a realização desta “obra de patriotismo”. Por isto encarnaram na figura dos garimpeiros o inimigo que ameaçava a construção na Amazônia mato-grossense de uma sociedade sem conflitos, contra quem toda ação repressora, por mais violenta, era legítima, assim como para a ditadura militar era legítima a repressão e a violência contra aqueles que identificava como os inimigos da pátria: os comunistas.

O aparelho repressor, ainda que nas cidades do interior tenham, quase sempre, um efetivo militar muito pequeno, pode ser acionado para proteger a propriedade daqueles que controlam a terra e o poder político. Em Alta Floresta, ao atender as exigências da colonizadora para que defendesse seu maior patrimônio, a terra, a polícia militar contou com a ajuda da própria empresa para a “evacuação do garimpo”, com o transporte dos garimpeiros sendo feito em seus caminhões.

O depoimento de Edson dos Santos revela os detalhes da operação de remoção de garimpeiros de Paranaíta. Ao contrário do relatório da Comissão de Pastoral da Terra

¹⁰⁰ Discurso do colonizador Enio Pipino na solenidade de inauguração da cidade SINCP. Cidade SINOP, 14 de Setembro de 1974

– CPT – regional Mato Grosso, Edson nega a ocorrência de mortes, dizendo que “*praticamente não houve*”, mas revela detalhes que podem ser encontrados também no testemunho de garimpeiros ouvidos pela CPT em Peixoto de Azevedo, onde foram “despejados”:

(...) A evacuação foi feita da seguinte forma: ia o caminhão basculante da Indeco até lá. O policiamento fazia o pessoal subir nos caminhões da Indeco que os despejavam lá do outro lado do Teles Pires. Praticamente no garimpo do Peixoto. Muitos desse pessoal aí quando o caminhão passava aqui pela frente pulavam do caminhão, mesmo estando o caminhão correndo. Alguns até se machucavam. A evacuação foi feita de maneira rude, pesado... estive lá no princípio. Ninguém reconhecia ninguém. Era uma loucura! Não ouviam conversa. Era uma coisa muito desagradável, rude. Saí logo. Eles davam um prazo para o pessoal sair. Os que saíam tudo bem. Os outros não sabiam que iam ter de sair daquela forma (...)¹⁰¹

“(...) Houve bastante ignorância ... “(...) Eu acho que a polícia não podia agir por conta própria. Naturalmente foi a pedido da Indeco. Segundo o argumento deles era para manter a colonização deles lá (...)¹⁰²

“(...) Esse doutor Cezar conseguiu arrancar de Paranaíta, 3.600 garimpeiros na base do pau. Além de bater, punha o pessoal a andar de quatro pés no meio da rodovia, para

¹⁰¹ Depoimento de Edson dos Santos, prefeito eleito de Alta Floresta em 1982.

¹⁰² Idem

*lamber o chão, etc. Eu encontrei garimpeiros sem roupa e todo dilacerado de tanto apanhar desse homem. Coisas horrorosas! (...)*¹⁰³

Situada no quadro político do regime militar, no que diz respeito a ocupação da Amazônia, as colonizadoras incorporaram não apenas o seu discurso mas as práticas autoritárias para o planejamento e execução de seus projetos, resolvendo os conflitos de relacionamento com outros grupos existentes ou que surgiram no espaço da colonização, quase sempre utilizando-se de meios violentos. Em seu Relatório, a CPT denuncia a ocorrência de centenas de mortes no processo de “evacuação” dos garimpos de Paranaíta, desnudando os fatos que Edson dos Santos tem vergonha de pronunciar. Depois de “ouvir inúmeros deles”, a Pastoral faz um resumo do que se passou

“(…)Receberam um aviso para desocuparem a área por etapas. Isto é, aproximadamente 30 pessoas por vez. Na medida em que saíam da mata, eram apanhados por um grande número de jagunços e alguns policiais fardados. Eram obrigados a entregarem todo o ouro que possuíam ao delegado de Polícia da SINOP, José César Conte e entrar em fila; os documentos pessoais eram queimados sob o pretexto de que documentos do Maranhão e outros estados não valem no Mato Grosso; em seguida eram obrigados a se despirem e deitarem de bruços. Quem não obedecia apanhava ou morria ali mesmo. Qualquer movimento bastava para levar uma rajada. Quase todos os garimpeiros (cerca de 3.500) foram torturados pelos bandidos. Em alguns introduziram o cano do mosquetão ou outros objetos no ânus, outros eram

¹⁰³ Idem, Ibidem

*pendurados pelos pés (muitos até morreram), outros eram obrigados a manterem relação sexual com os próprios companheiros. As mulheres eram violentadas na presença dos maridos pelos policiais e jagunços. Chegou ao ponto de colocarem gasolina na vagina e em seguida atear fogo. Davam coices de mosquetão no ventre das mulheres grávidas. Dificilmente alguém passou sem ser espancado (...)*¹⁰⁴

Os impedimentos impostos aos garimpeiros, a força incontida dos monopólios da violência que se voltaram contra eles, afinal, não é nada de novo na história da construção social de fronteiras no Brasil. As imagens contemporâneas produzidas, denunciadas pela CPT, assemelham-se àquelas presentes nos relatos de massacres contra aqueles que lutam pela terra desde os primórdios da República; problemas gerados por uma estrutura agrária excludente e fortemente concentradora.

Não se trata de procurar saber se houve ou não um massacre. A verdade. Definir que ele ocorreu dirigiria o olhar do pesquisador, talvez para outro levantamento de dados. Entretanto as práticas descritas no documento – presentes em outros relatos colhidos esparsamente noutros textos produzidos a partir de estudos e observações de massacres ocorridos na luta pela terra, – indicam a instauração de um clima e de práticas de violência no espaço da colonização. Tudo isso que visava fixar as regras e “impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território (...) afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei”.¹⁰⁵

Podemos encontrar um exemplo nos relatos de Euclides da Cunha, em sua obra de maior referência, nos dramáticos lances finais do assalto contra os sertanejos

¹⁰⁴ Relatório Paranaíta – Indeco. *Dossiê Imprensa e Documentos 1979/2*. CPT, Cuiabá, novembro de 1979, p. 98.

encurralados em Canudos que, do início ao fim, nada mais fizeram que lutar pela terra e contra quem também se voltou o monopólio da definição:

“Sabia-se de uma coisa: os jagunços não poderiam resistir por muitas horas. Alguns soldados se haviam abeirado do último reduto e colhido de um lance a situação dos adversários. Era incrível: numa cova quadrangular, de pouco mais de metro de fundo, ao lado da Igreja nova, uns vinte lutadores, esfomeados e rotos, medonhos de ver-se, predispunham-se a um suicídio formidável. Chamou-se aquilo de “hospital de sangue” dos jagunços. Era um túmulo. De feito, lá estavam, em maior número, os mortos, alguns de muitos dias já, enfileirados ao longo das quatro bordas da escavação e formando o quadrado assombroso (...)”¹⁰⁵

Castigos exemplares para não deixar qualquer dúvida de que insistir em permanecer ocupando um espaço onde a certos grupos sociais este direito não encontrava legitimidade fora de um campo de lutas específico – a luta pela terra – podia ser extremamente perigoso. No norte de Mato Grosso, ao colonizador foi dada a possibilidade de afirmar, jurídica e politicamente, a diferença entre colonização e garimpagem, de garantir pela força da dominação a identidade de uma sobre a outra, de negar a possibilidade da existência ao *outro*.

A presença dos garimpeiros, a definição dos garimpos como espaço “sem lei” e a reação desencadeada para expulsá-los, manchou a asséptica imagem da colonização. Acabou contribuindo para estigmatizar o norte de Mato Grosso, de modo geral

¹⁰⁵ BOURDIEU, Pierre, cit., p. 114

¹⁰⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo, Cultrix, 1975, p. 391

identificado, neste período, especialmente pela imprensa da Capital, como muito violento: (...) *Fora, as informações sobre Alta Floresta eram muito negativas. Ninguém queria vir para cá. Alta Floresta é um lugar onde matam cem pessoas por dia. Eu não vou para lá! (...)*¹⁰⁷

As constantes denúncias que chegavam a Cuiabá, envolvendo a colonização, grosso modo, eram tratadas de forma semelhante, ou seja, careciam de fundamento porque

*“a lei é clara, proíbe terminantemente que os homens invadam propriedades privadas. Foi essa determinação que provocou as denúncias dos garimpeiros em Cuiabá, denúncias incompletas, pois eles não contaram que garimpavam em área de terceiros e entravavam o progresso da região atrapalhando a vida dos colonos”*¹⁰⁸

Fica claro que o fundamento é atributo apenas do discurso do colonizador, legitimado pelo direito de propriedade. Quando os trabalhadores pobres ameaçam interromper os projetos dos poderosos, as medidas extremas tornam-se lei. Desta forma, quando uma comitiva de deputados chegou em Alta Floresta para averiguar denúncias de que *“a polícia de Alta Floresta estava expulsando todos os garimpeiros de Paranaíta, e depois de torturar os homens, ainda lhes tomava todo o ouro conseguido à custa de muito sacrifício e de muito trabalho”*,¹⁰⁹ e que o deputado opositor Paulo Nogueira teria sido também expulso da cidade a mando de Ariosto da Riva por tentar defendê-los, procurou ouvir os fatos diretamente com o dono do poder político-econômico local. Ariosto da Riva recebeu os deputados no aeroporto da cidade e

¹⁰⁷ Depoimento do comerciante Benedito Dourado. Alta Floresta, julho de 1982

¹⁰⁸ Jornal Diário de Cuiabá, 15.09.1979. “Alta Floresta não é garimpo”, p. 4

¹⁰⁹ Idem

explicou que “os garimpeiros se insurgiram contra as determinações da Indeco e invadiram a área da colonização, passando a provocar os maiores problemas para os colonizadores, isto é, aqueles que realmente querem trabalhar e produzir alguma coisa”¹¹⁰, além de estarem querendo tomar para si os distritos, bem como as terras agricultáveis de Paranaíta e Alta Floresta.

Satisfeitos

“os deputados hipotecaram irrestrito apoio aos colonos que trabalham na região, ressaltando que o governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar-lhes o direito que têm de explorar suas terras plantando cacau, café, guaraná e uma série de outros produtos que são considerados o verdadeiro ouro do lugar”¹¹¹

Acompanhando a comitiva, o Secretário de Segurança Pública do Estado mostrou-se confiante de ter “conhecido a verdade” sobre as denúncias de violência e que “agilizaria recursos para proteger os trabalhadores”. Fez apelo aos colonos para entrarem em contato com a Secretaria de Segurança Pública “tão logo notarem qualquer possibilidade de nova invasão das terras, como a que ocorreu há alguns dias atrás, para que ele possa tomar as providências cabíveis o mais depressa possível”, quando aí sim, poderia “agir com rigor para evitar mais conflitos”.¹¹²

Ficava, assim, estabelecido um *outro* para a relação conflituosa de apropriação da terra no norte de Mato Grosso, contra quem todo rigor da ação repressiva visava assegurar a não ocorrência de “mais conflitos”. Na representação do espaço da colonização, o colono é agente de progresso e desenvolvimento, o homem da terra, que

¹¹⁰ Jornal Diário de Cuiabá, cit

¹¹¹ Idem

¹¹² Ibidem

deseja apenas “*trabalhar, viver em paz e paz para suas famílias*”. Os outros são garimpeiros, “*invasores que não respeitam a propriedade particular e que destrói a família, célula mater da sociedade*”¹¹³

Entretanto, é preciso deixar claro que a colonizadora não procurou expulsar todos os garimpeiros; provavelmente por vislumbrar, afinal de contas, a possibilidade de obter algum lucro com os garimpos. Muitas centenas deles aceitaram trabalhar, sob supervisão de administradores, em área específica delimitada nas proximidades de Alta Floresta – no Planeta e alguns outros garimpos, por exemplo, sob administração do *Escritório do Garimpo*, criado com essa finalidade.

Comandados por Benedito Vieira da Silva – o Ditão – centenas de garimpeiros trabalharam e viveram com suas mulheres – que não são prostitutas – longe da violência de Paranaíta. Muitos, inclusive, como o mineiro de Governador Valadares Sebastião Rodrigues dos Santos, chegaram a assumir os postos de chefia, comandando o trabalho de várias turmas nos garimpos administrados pelo “Escritório”. A reação mais dura, foi contra sua presença em Paranaíta, para onde se expandia a colonização. Garimpeiros não faziam parte dos planos da colonizadora e, como não estavam previstos, não havia lugar para eles. A reação imediata foi procurar mantê-los à margem deste espaço.

Durante os anos iniciais de implantação dos projetos de colonização no norte de Mato Grosso, a ação do Estado mostrou-se praticamente ausente, tornando possível a liberdade de atuação das colonizadoras no ordenamento do espaço e na tentativa de disciplinarização e controle da mão-de-obra de acordo com suas conveniências, impondo seu domínio sobre a população permanente ou flutuante da região. Em Alta Floresta a Indeco chegou ao extremo de assumir poder de Estado sobre a área colonizada, a ponto de determinar quem entra ou sai, quem deve ser protegido ou

¹¹³ Dom Henrique Froelich, da prelazia de Diamantino, que na época congregava também Alta Floresta, Paranaíta e Sinop.

mandado para ser julgado na capital do Estado. Deste modo, as práticas de violência que engendrou recaíram sobre aqueles que ousaram desafiar as interdições impostas pelos colonizadores.

O acirramento dos conflitos e contradições geradas pela atuação da colonizadora em Alta Floresta estabeleceu o campo de lutas que mobilizou setores da sociedade contra o clima de tensão e violência denunciados na região. É nesta perspectiva que se pode entender o posicionamento da Comissão de Pastoral da Terra e o deslocamento dos parlamentares, situacionistas e opositoristas, até Alta Floresta para averiguarem, *in loco*, as denúncias contra a colonizadora, obrigando a Indeco a recuar.

Em outras localidades, os garimpeiros foram impedidos de trabalharem e comercializarem a produção a seu modo, estando sujeitos ao controle imposto pelos “donos da terra”. Ariosto da Riva, por exemplo, ao chamar uma pessoa de sua inteira confiança, Benedito Vieira da Silva, para organizar o garimpo na tentativa de impedir os garimpeiros de se aproximarem de Alta Floresta, vigiar os fluxos de pessoas que entravam nas novas áreas, visava manter o controle do espaço. Procurava, dessa forma, evitar a sua ocupação por trabalhadores pobres, sem bens de produção, dentre eles, aqueles que ali se dedicariam à garimpagem do ouro. Estes eram imediatamente desclassificados.



As mulheres, nos garimpos, além de submeterem-se a condições de vida difíceis, ainda eram genericamente classificadas de prostitutas.

2.4 – Visões da violência

A “taca” pode ser vista como a solução dos colonizadores para tentar evitar o que aparece em seu discurso como desfiguração do espaço da colonização, uma tentativa de se proceder à “limpeza da área” da presença do imprevisível garimpo e seus indesejáveis trabalhadores, mantendo o controle sobre o estoque de terra e mão-de-obra. A reação, então, foi contida até que a colonizadora percebeu que a situação escapou à tentativa de limitar a ação dos garimpeiros e sua influência sobre os colonos.

Como o “ouro fascinava e a todos corrompia”, segundo o depoimento de um garimpeiro entrevistado pela CPT, os próprios colonos ofereciam suas terras “para pesquisa”

“(...) Eu cansei foi de ir dentro de carro de colono para ir furar as terras deles tudinho para ver se tinha ouro. Lá, se você achasse ouro dentro das colônias deles, tivesse dentro da terra dele, a gente dava 20% (vinte por cento) pra ele. Se, por exemplo, se ele tinha um filho ou dois. Daí se ele desconfiasse ele colocava o filho dele lá. Depois que ele aprendia o trabalho, pronto. Ele mesmo trabalhava”¹¹⁴

O mesmo depoimento revela, ainda, a presença de colonos realizando atividades comerciais dentro do próprio garimpo de Paranaíta:

“Ah!, tu vê que o próprio colono mesmo dentro da área de Paranaíta, só de colono tinha mais ou menos setenta e tantos barracos de comércio deles, dos colonos. Onde tinha um cara chamado Otaviano. Esse comprava mercadoria no Alta Floresta e vendia para os garimpeiros a troco de ouro. E quando ele não comprava em troco de ouro, ele vendia mercadoria e o cara vinha e pegava ele no Alta Floresta. Mas quando a polícia chegou lá que foi, derrubou as barracas todinhas de comércio que tinha na beira estrada, acabou com tudo. Não deixou uma em pé não. O resto botou fogo. O que não prestava que eles não traziam para a cidade aí eles botavam fogo. Mas a mercadoria que restasse fizeram

¹¹⁴ “Depoimento de um garimpeiro de Alta Floresta que esteve na área do garimpo Paranaíta– MT”. Dossiê *Imprensa e Documentos 1979/2*, pp. 99-106. CPT, Cuiabá, 15 de novembro de 1979

em mercadoria mil e tantos quilos, foi uma tonelada e tantos em mercadoria que o velho Ariosto trouxe para o depósito dele. E ferramentas, quantidade de ferramentas que ele trouxe. Esse Otaviano mesmo, coitado, apanhou um pau, um pau triste por causa disto. Ele tinha ordem de vender a mercadoria dele lá dentro”¹¹⁵

O relato do agricultor Cristiano Teofânio Maltezzo revela que a ação contra os garimpeiros foi organizada pessoalmente por Ariosto da Riva, que se reuniu com os colonos em instalações de propriedade da colonizadora na manhã do dia 8 de setembro:

“O que veio prejudicar um pouco o ambiente foi o garimpo. Até houve um dia um choque entre colonos e garimpeiros. Eu não acompanhei tudo, mas assisti a uma reunião que o senhor Ariosto fez no secador (...)”¹¹⁶

A partir de então, o acontecimento “taca”, pela força da representação da violência, passou a ser mais um mecanismo de controle e sujeição de trabalhadores. A força policial mobilizada para reprimir os garimpeiros em Alta Floresta, foi deslocada para o garimpo de Paranaíta. O local onde foi descoberto ouro, às margens do rio Paranaíta, encontrava-se dentro da área de colonização, fazendo parte de uma etapa de expansão do projeto da Indeco, onde foi expressamente proibido garimpar, estando os infratores sujeitos “às penas da lei”. Todos os depoimentos de pessoas ouvidas em Alta Floresta algum tempo depois indicam o uso de violência contra trabalhadores nos baixões, local onde se encontravam indefesos diante dos abusos cometidos pela força policial e pelos civis a serviço da colonização.

¹¹⁵ “Depoimento de um garimpeiro...”, cit., p. 102

¹¹⁶ Depoimento de Cristiano T. Maltezzo, dado a Germano B. Schmitz em Alta Floresta, novembro de 1981.

Edson Santos, contador, trabalhava na época como agenciador para a Indeco. De Naviraí, no atual Estado de Mato Grosso do Sul trazia compradores de terra para Alta Floresta que

“(...) estava só desmatada. Havia um mapa que eles me mostravam e diziam o que ia ser construído em cada lugar. E eu mostrava esse mesmo mapa para os meus clientes. Mas eu pensava que aquilo fosse só uma propaganda para vender terras. Eu mesmo não acreditava nisso. Trouxe para cá meu pai e meu irmão e começamos a construir aquele prédio lá embaixo.(...) Outro problema que deu assunto de conversa no Brasil inteiro foi a questão do garimpo. A Indeco tentou evacuar a área toda; o delegado veio aí, etc (...) A Indeco tentou tirar o pessoal à força, envolvendo polícia, o exator também foi usado (...) Eu sei que o exator foi usado. Depois voltou-se contra a Indeco. O exator era o Antenor. Ele sempre dizia que recebia ordens lá de cima. Depois ele mesmo dizia que foi usado e forçado a fazer aquilo, pela Indeco”¹¹⁷

Pouco antes da ação em Paranaíta, Ariosto da Riva e Benedito Vieira da Silva tinham organizado a área do garimpo Planeta, tentando desviar para este local as atividades de extração manual de ouro mas, como no Planeta as atividades eram controladas e supervisionadas por homens ligados ao “escritório do garimpo”, os garimpeiros preferiam os garimpos abertos de Paranaíta. Para Edson Santos

“parecia na época que o Benedito era prejudicado com o garimpo de Paranaíta Parece-me que havia participação do

*garimpo do Planeta pela Indeco; e esse garimpo (de Paranaíta) prejudicava lá. Evacuaram toda a área e os montes de cascalho que tinham sido tirados, foram lavados pelo pessoal da Indeco. Pessoal de dentro. O pessoal achou isso um absurdo, porque aqueles lotes tinham sido vendidos para colonos. Tiraram uns para por outros”.*¹¹⁸

Assim, em Paranaíta não havia lugar para os garimpeiros, que precisaram ser “evacuados” para não prejudicarem os planos da colonizadora, empenhada em divulgar a colonização de Paranaíta baseada no sucesso da experiência em Alta Floresta. Por esta razão, procurou impedir o acesso à área de sua propriedade, interditando todos os caminhos que levavam a Paranaíta.

*“ Mais tarde a própria INDECO parece que reconheceu a besteira que fez em tentar de todos os meios de tirar os garimpeiros de lá. Cercaram todos os caminhos que levassem o pessoal para lá, fosse quem fosse”*¹¹⁹

Quanto ao procedimento utilizado na remoção dos trabalhadores, muitos relatos coincidem no que diz respeito à arbitrariedade e violência:

“Não se esperava que os soldados fizessem o que fizeram, mas são os riscos que se correm quando se recorre à força policial. Antes mesmo do conflito nas ruas da cidade, a polícia já havia sido chamada pela Indeco, para expulsar os garimpeiros que invadiram e ocuparam as terras dos colonos. A polícia chegou tarde, como sempre, mas veio a tempo de bater nos garimpeiros, rasgar seus documentos e

¹¹⁷ Depoimento de Edson dos Santos. Alta Floresta 17 de dezembro de 1981

¹¹⁸ Idem

*roubar seu ouro. As histórias de morte são muitas, permanecem anônimas (...)*¹²⁰

Apenas uma a reportagem do jornal O Estado de São Paulo afirma que o pesquisador Blásio Germano Schmitz conseguiu registrar:

*“O delegado Cesar Conti, o mesmo que encheu caminhões de garimpeiros para deixá-los do outro lado do rio Teles Pires, esse mesmo delegado Cesar Conti confessou ter roubado 27 quilos de ouro dos garimpeiros. Dizem que, na verdade foram 40 quilos, mas o fato que realmente interessou à polícia e que a fez prender seu próprio delegado foram os 24 quilos de ouro que ele mandou vender nos Estados Unidos, por meio de um piloto. O piloto voltou sem o dinheiro da venda e o delegado o enforcou”*¹²¹

Mas, violência policial e tortura aparecem em boa parte dos depoimentos ouvidos em Alta Floresta. O depoimento sobre o caminhão correndo em alta velocidade pelas ruas esburacadas, com garimpeiros saltando quando passava por Alta Floresta, aparece também no Relatório da CPT, de forma ainda mais dramática e minuciosa:

“O embarque acontecia da seguinte forma: um dos companheiros que havia sido surrado até sair sangue e cujas costas foram esfregadas com sal, foi colocado diante da tombeira. Este obrigatoriamente teve que ser usado como degrau pelos demais companheiros, pulando-se com os dois pés em cima dele para o embarque. Em seguida despejados

¹¹⁹ Depoimento de Edson Santos, cit

¹²⁰ “*Em Alta Floresta, uma história de ouro e sangue*”. Jornal O Estado de São Paulo, 1 de abril de 1982, p. 34

¹²¹ Jornal O Estado de São Paulo, cit.

na beira do rio Teles Pires, na travessia da balsa da Indeco”¹²²

Ainda muito próximo dos acontecimentos, os depoimentos de moradores de Alta Floresta silenciam sobre a ocorrência do massacre contra os garimpeiros em Paranaíta, alguns chegando, inclusive, a negar que tenha existido. Como o comerciante Waldemar Hartwig que, mesmo reconhecendo a violência excessiva contra os trabalhadores do ouro, garante que “muita notícia que circulou por aí é falsa”.

Para muitos dos moradores da época a retirada dos garimpeiros do Paranaíta poderia ter sido feita de maneira diferente, evitando-se os “exageros”. Depois da “taca” o policiamento de Sinop e, principalmente, o delegado José Cezar Conti, encarregado das ações – a quem acabou sendo imputada toda a responsabilidade pela violência praticada no Paranaíta - deslocou-se até o garimpo para “uma busca geral”:

Nos depoimentos, quase sem exceções, o resultado foi espancamentos, torturas, apreensão ilegal de ouro e mercadorias, ferramentas de trabalho. Alvina Terezinha Maltezo, universitária no Rio Grande do Sul, chegou em Alta Floresta em 1978 para lecionar na Escola Estadual Vitória Furlani da Riva e na Escola Estadual João Paulo I, de Paranaíta, lembra o impedimento do acesso de trabalhadores aos locais de garimpagem, a retenção de mercadorias de garimpeiros, que depois eram distribuídas numa espécie de “ação entre amigos”, o ouro tomado pela polícia:

“A polícia e os bate-paus. Isso não só a gente, mas todo mundo sabe que eles fizeram essa depredação. Muitos garimpeiros vieram à exatonia para buscar o ouro. Diziam que a polícia tinha tomado e que era para vir procurar na exatonia. Mas na exatonia esse ouro não apareceu. Quanto à violência usada eu posso afirmar que vi muitos garimpeiros

¹²² Relatório Paranaíta-Indeco. Cuiabá, CPT, 15 de novembro de 1979

*dilacerados de tanto apanhar. Eu presenciei o Antenor queimar documentos dos garimpeiros. A gente não tinha condições de denunciar porque as autoridades estavam envolvidas. Outra coisa estúpida foi aquela batida em Paranaíta, a apreensão das mercadorias dos garimpeiros, etc. Elas foram depositadas lá no secador, mas o delegado deixou tirar ou deu para amigos. As bebidas ele levou para a casa dele. Esse fato me deixou muito chocada. Os policiais tiravam tudo o que os garimpeiros tinham. Entravam nos barracos e pegavam as malas com roupas, documentos, dinheiro, mercadoria, etc., e carregavam embora. Recolheram cuias, bateias, e todas as ferramentas de trabalho dos garimpeiros. Na parte do ouro, o que o Antenor pegou legalmente ele devolveu. Ilegalmente pode-se pôr muitos quilos apreendidos pelos que trabalharam neste despejo”.*¹²³

No mapa da violência – capítulo final desta Dissertação – a necessidade de se procurar desmontar os garimpos e afastar os garimpeiros aparece, claramente, na forma como os colonizadores procuraram evitar qualquer possibilidade de que estes aparecessem como os construtores de seu próprio espaço, negando-lhes até mesmo a autoria da descoberta do ouro no Planeta.

“O garimpeiro é autônomo, não é empregado nosso, mas como fomos nós que demos início aos garimpos dessa região, a gente no fim do mês tem que pagar elevadas somas nos

¹²³ Depoimento de Alvina Terezinha Maltezo. Alta Floresta, março de 1982

*hospitais para atendimento de garimpeiros”. A gente faz isso por sentimento humanitário”.*¹²⁴

Dessa forma, além de serem expropriados da autoria da descoberta, retira-se a possibilidade dos garimpeiros gerirem, eles próprios, os garimpos, que passaram a ser controlados também por pessoas ligadas aos colonizadores, mesmo estando localizados distantes do núcleo urbano e da colonização. Preferiam Paranaíta, onde tinha mais ouro, ficava mais próximo da cidade, mas lá não era permitido garimpar.

*No Planeta tínhamos cerca de 1.500 a 2.000 garimpeiros. Acontecia que a gente trazia garimpeiros pra cá, pagava a viagem e no dia seguinte eles sumiam. A gente pensava que estavam no baixão, mas na realidade eles vinham para o garimpo de Paranaíta. Quando expulsaram os garimpeiros do Paranaíta então eles voltavam para o Planeta. Num dia chegou lá 17. Perguntei porque é que voltaram; aí eles disseram que em Paranaíta estavam batendo na turma. Dei janta pra eles e no dia seguinte mandei para o serviço para que se virassem*¹²⁵

José de Souza Martins, pesquisador que se dedica há muito tempo ao estudo de formas de violência contra trabalhadores rurais na Amazônia, denuncia as diferentes práticas de sujeição e controle da mão-de-obra na região. Estratégia semelhante ao barracão existente nas fazendas e que mantinha os trabalhadores rurais escravizados pelas dívidas, também existiu nos garimpos e serviu de mecanismo de dominação, mantendo os garimpeiros sob controle, na medida em que muitos a percebiam como uma espécie de favor, chegando a ver na figura de Benedito Vieira da Silva, um

¹²⁴ Depoimento de Antônio Aragão dos Santos, ouvido em Alta Floresta em 1982 por Germano B. Schmitz

benfeitor. Este aproveitava para cooptar os mais experientes para postos de comando de turmas.¹²⁶

¹²⁵ Idem

¹²⁶ Em seus estudos sobre fronteira e violência, SOUZA MARTINS, José de, denuncia fartamente a escravidão branca nas fazendas do norte de Mato Grosso, e as práticas de sujeição a que estavam submetidos os trabalhadores rurais nestas propriedades, especialmente em “*Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*”. São Paulo, HUCITEC, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)